



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus Presidente Prudente

Caique Mateus Souza Leite

**Estigma Territorial: Uma Análise do Espaço-Tempo no
Conjunto Habitacional Núcleo Bartholomeu Bueno de Miranda,
Presidente Prudente – SP**

Presidente Prudente – 2025



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Campus Presidente Prudente

Caique Mateus Souza Leite

**Estigma Territorial: Uma Análise do Espaço-Tempo no
Conjunto Habitacional Núcleo Bartholomeu Bueno de Miranda,
Presidente Prudente – SP**

Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em Geografia da
Faculdade de Ciências e Tecnologia -
Universidade Estadual Paulista
(UNESP) de Presidente Prudente-SP,
para obtenção do título de Bacharel
em Geografia.

Orientação: Prof.^a. Dr.^a. Maria
Encarnação Beltrão Sposito

Presidente Prudente – SP

2025

L533e

Leite, Caique Mateus Souza

Estigma Territorial: Uma Análise do Espaço-Tempo no Conjunto Habitacional
Núcleo Bartholomeu Bueno de Miranda, Presidente Prudente – SP / Caique
Mateus Souza Leite. -- Presidente Prudente, 2025

108 p. : il., tabs., fotos

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Geografia) - Universidade
Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente
Prudente

Orientadora: Maria Encarnação Beltrão Sposito

1. Produção do espaço urbano. 2. Periferias urbanas. 3. Estigma territorial. 4.
Análise geracional. 5. Cidade Média. I. Título.

DECLARAÇÃO

Eu, **Profª Drª Maria Encarnação Beltrão Sposito**, declaro que o aluno **Caique Mateus Souza Leite, RG. 35.301.157-5**, cumpriu, sob minha orientação, 180 horas de Estágio Supervisionado e Trabalho de Graduação do Curso de Bacharelado em Geografia, desta Faculdade.

Título de Monografia: ***"Estigma Territorial: Uma Análise do Espaço-Tempo no Conjunto Habitacional Núcleo Bartholomeu Bueno de Miranda, Presidente Prudente - SP."***

A Monografia foi apresentada, em defesa pública, no dia **12 de dezembro de 2025**, às 09h00min, no Anfiteatro VII da Faculdade de Ciências e Tecnologia UNESP Presidente Prudente.

Após as arguições e defesa do(a) candidato(a), eu, mais os membros da banca arrolados abaixo, atribuímos a nota 10 (dez).

Presidente Prudente, 12 de dezembro de 2025.

BANCA AVALIADORA	ASSINATURAS
Profª Drª Maria Encarnação Beltrão Sposito (Orientadora)	 Documento assinado digitalmente MARIA ENCARNACAO BELTRAO SPOSITO Data: 12/12/2025 17:46:33-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
Ma. Renata Cristina Rizzon	 Documento assinado digitalmente RENATA CRISTINA RIZZON Data: 13/12/2025 12:04:09-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
Profª Drª Ana Carolina Dos Santos Marques	 Documento assinado digitalmente ANA CAROLINA DOS SANTOS MARQUES Data: 13/12/2025 07:06:18-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente aos meus ancestrais que (re) existiram para que hoje eu estar concluindo mais está etapa da minha vida.

Agradeço a minha família, minha irmã Priscila Souza Leite, geografa, que me mostrou a geografia nas entrelinhas da vida. A Susana Ferreira Leite minha irmã mais velha a que abriu os caminhos para sonhar com a universidade pública. A minha mãe Fatima Ferreira Leite, que sempre acreditou em mim e que fez o possível e o impossível para realizar meus sonhos. Sem essas três mulheres em minha vida nada seria.

Aos meus sobrinhos Eloisa Leite, Davi Leite, Ellen Brambilla e Elis Brambilla. Que me inspiram a querer um país melhor para que o futuro de vocês seja pleno e feliz.

A minha orientadora Maria Encarnação Beltrão Sposito, carinhosamente conhecida como Carminha a qual tenho uma admiração, carinho e respeito imenso. Obrigado por cada orientação, oportunidade e confiança depositada em mim. Espero ser um dia um professor, pesquisador, orientador e uma pessoa tão espetacular como minha orientadora.

Agradeço aos meus amigos Gustavo Santana, Nathaly Cruz e Amanda Carrara que o GASPERR e a graduação proporcionaram. Nas diversas trocas do dia a dia, entre risadas e debates geográficos que pudemos ter no decorrer do tempo em que estivemos juntos.

Aos meus amigos e confidentes do início ao fim da graduação, Bruna Oliveira, Leonardo Nascimento, Milena Cesare e Lara Brito. As trocas diárias, as conversas, o acalanto que proporcionaram durante todo esse percurso foram extremamente essenciais para que hoje esteja concluindo está graduação.

Agradeço meu amigo e irmão Renan Rubio Koga que nesta longa estrada da nossa amizade, sempre cuidou e acreditou em mim. Se hoje concluo esta etapa da minha vida ele foi meu maior incentivador. Amarei você eternamente.

A minha amiga Tatiane Lazarotto, minha parceira curitibana que em um destino muito louco fez com que nos tornássemos amigos. Agradeço cada troca

em que tive/tenho com você. Estarei aqui por você e sei que estará aí por mim no que precisar.

As minhas amigas Ana Flavia Sakamoto (Marte), Gabriela Vilella (Dedão) e Natalia Breschi. Que fizeram da minha vida universitária ser leve e alegre, obrigado por cada momento de descontração.

A Ana Carolina Dos Santos Marques, meu agradecimento por nossas conversas, ajuda e risadas. Você é para mim uma inspiração do que quero e posso ser. Obrigado imensamente por abrir meus olhos para sonhar.

A Fabiana Alves a qual eu tenho muito orgulho de chamar de amiga e conhecer sua jornada inspiradora. Obrigado por ser essa mulher forte e inspiradora e que me mostrou que “força é um detalhe para quem vive resistência”.

Agradeço ao João Pedro Pereira pela parceria construída ao longo destes últimos anos. Sou grato por toda a ajuda, pelo carinho e pelas trocas que marcaram esta caminhada. Sua presença tornou-se especial em minha trajetória. “Esse nosso encontro é sorte grande”

Ao NUPE Presidente Prudente, que em diversas trocas me fez engrandecer como homem afro-ameríndio, me fez crescer pessoalmente e academicamente.

Agradeço, de maneira especial, a todos os professores que me acompanharam ao longo da graduação. Foram cinco anos de aprendizados intensos, que ampliaram meus horizontes e abriram inúmeras portas.

À Unesp, expresso minha profunda gratidão pelo ensino público, gratuito e de qualidade, que diariamente reafirmou para mim a importância da universidade pública e do compromisso com a educação.

Ao projeto temático FragUrb e toda a equipe de pesquisadores, que marcaram minha trajetória acadêmica enquanto apoio técnico e que me fizeram crescer como pesquisador. A cada pesquisador(a) que tive contato, eu aprendi algo, meu muito obrigado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2024/14814-4

*A quebrada de onde viemos influencia pra
caralho nossa visão do mundo e a forma
como nos posturamos nele. A divisão
geográfica separa o bagulho separa as
comidas, as laricas, os boot, as peita, as
bolsas, as makes e etc. A estruturas das
gomas também são diferentes A periferia
não é arejada, muito menos bem pensada,
isso envolve onde eu moro os muros, os
morros, os murros*

Irmãos de Pau (part. Polemik), "Passaporte y Copão"

RESUMO

Este trabalho analisa o processo de construção e reprodução do estigma territorial associado ao Conjunto Habitacional Núcleo Bartholomeu Bueno de Miranda, localizado na cidade de Presidente Prudente, no estado de São Paulo. O estudo tem como objetivo identificar como práticas, discursos e percepções midiáticas moldaram historicamente as representações sobre o bairro, influenciando tanto o imaginário urbano quanto as experiências cotidianas de seus moradores. Para alcançar esse propósito, emprega metodologia qualitativa articulando revisão bibliográfica, pesquisa hemerográfica e entrevistas semiestruturadas com moradores de diferentes gerações. A análise dos periódicos, especialmente das edições do jornal local ao longo das décadas de 1980 a 2010, revela a predominância de narrativas que associaram a Cohab à criminalidade, à precariedade urbana e à ausência de infraestrutura, produzindo uma visibilidade subjetiva que reforçou fronteiras simbólicas entre centro e periferia. As entrevistas demonstram que, embora o estigma territorial incida sobre o bairro e influencie percepções externas, os moradores constroem vivências que contrapõem e ressignificam tais representações, destacando vínculos de pertencimento, solidariedade, sociabilidade e valorização da moradia própria. Os resultados evidenciam que o estigma territorial não constitui fenômeno estático, mas processo histórico e simbólico constantemente tensionado pelas experiências urbanas e pelas mudanças ocorridas na Cohab, que se transformou de conjunto habitacional periférico em importante subcentro urbano da cidade. Conclui-se que o território estudado expressa simultaneamente marcas de desvalorização e dinâmicas de resistência, revelando a complexidade das periferias urbanas como espaços vivos, plurais e atravessados por disputas de significado.

Palavras Chaves: Produção do espaço urbano, Periferias urbanas, Estigma territorial, Análise geracional, Cidade Média, Presidente Prudente.

ABSTRACT

This work analyzes the process of constructing and reproducing the territorial stigma associated with the Bartholomeu Bueno de Miranda Housing Complex, located in the city of Presidente Prudente, in the state of São Paulo. The study aims to identify how media practices, discourses, and perceptions have historically shaped representations of the neighborhood, influencing both the urban imaginary and the daily experiences of its residents. To achieve this purpose, it employs a qualitative methodology articulating bibliographic review, newspaper research, and semi-structured interviews with residents of different generations. The analysis of periodicals, especially editions of the local newspaper throughout the decades from the 1980s to 2010, reveals the predominance of narratives that associated the housing complex with crime, urban precariousness, and lack of infrastructure, producing a subjective visibility that reinforced symbolic boundaries between center and periphery. The interviews demonstrate that, although territorial stigma affects the neighborhood and influences external perceptions, residents construct experiences that counteract and reframe such representations, highlighting bonds of belonging, solidarity, sociability, and the value of owning their own home. The results show that territorial stigma is not a static phenomenon, but a historical and symbolic process constantly strained by urban experiences and the changes that have occurred in Cohab, which has transformed from a peripheral housing complex into an important urban subcenter of the city. It is concluded that the territory studied simultaneously expresses marks of devaluation and dynamics of resistance, revealing the complexity of urban peripheries as living, plural spaces traversed by disputes over meaning.

Keywords: Production of urban space, Urban peripheries, Territorial stigma, Generational analysis, Medium-sized city, Presidente Prudente.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Reportagens O Imparcial 13 de maio de 1979.....	27
Figura 2: Reportagens Locais, “O Imparcial”, 30 de setembro de 1980.....	28
Figura 3: Jornal O Imparcial 08 de agosto de 1990.....	29
Figura 4: Jornal O Imparcial 02 de agosto de 2000.....	30
Figura 5: Jornal O Imparcial 02 de agosto de 2000.....	31
Figura 6: Planta de Presidente Prudente – 1923.....	54
Figura 7: Presidente Prudente, Expansão Urbana.1917 -2017.....	55
Figura 8: Presidente Prudente. Expansão urbana. 1917- 2001.....	61
Figura 9: Presidente Prudente. Situação espacial dos conjuntos habitacionais. 1967-1996.	62
Figura 10: Presidente Prudente. Planta do Conjunto Habitacional Núcleo Bartholomeu Bueno de Miranda 1980.....	64
Figura 11: Área urbana de Presidente Prudente e a Cohab, 1979.....	66
Figura 12: Presidente Prudente, Reportagem do jornal “O IMPARCIAL”, 1980, Taxa desestimula o interesse pelas casas do núcleo COHAB.	67
Figura 13: Presidente Prudente, Reportagem do jornal “O IMPARCIAL”, 1980, Taxa desestimula o interesse pelas casas do núcleo COHAB	68
Figura 14: Reportagem “O IMPARCIAL”, 1980, As chuvas poderão causar erosão no conjunto Cohab.	69
Figura 15: Vista da Cohab 1980.....	69
Figura 16: Reportagem O Imparcial 20 de maio de 1979.....	75
Figura 17: Reportagem O Imparcial 13 de maio de 1979.....	75
Figura 18: Reportagem O Imparcial 15 de julho de 1980.....	76
Figura 19: Reportagem O Imparcial 24 de julho de 1980.....	76
Figura 20. Nuvem de palavras representando os temas mais recorrentes nas reportagens O Imparcial entre 1979 e 1983.....	80
Figura 21: Reportagem O Imparcial 08 de março de 1981.	81
Figura 22: Reportagem O Imparcial 21 de março de 1981.	82
Figura 23: Nuvem de palavras representando os temas mais recorrentes nas reportagens O Imparcial entre 1979 e 2010.....	85
Figura 24: Reportagem O Imparcial 23 de janeiro de 1981.....	90
Figura 25: Conjunto Habitacional Cohab 1980.....	93

Figura 26: Festa do dia das crianças rua dos Ipês Amarelos - Cohab ,1994 ... 95

Figura 26: Festa do dia das crianças rua dos Ipês Amarelos - Cohab ,1994. ... 95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Perfil dos entrevistados	20
Quadro 2: Sistematização das notícias de O IMPARCIAL - 1980	33
Quadro 3 – Os agentes produtores do espaço urbano, interesses e estratégias	38

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Frequência anual de matérias jornalísticas com menção à COHAB 1979 -1983	77
Gráfico 2: Gráfico 2: Levantamento Temático de Reportagens sobre a COHAB – 1979	77
Gráfico 2: Gráfico 3: Levantamento Temático de Reportagens sobre a COHAB – 1980	78
Gráfico 2: Gráfico 4: Levantamento Temático de Reportagens sobre a COHAB – 1981	78
Gráfico 2: Gráfico 5: Levantamento Temático de Reportagens sobre a COHAB – 1982	79
Gráfico 2: Gráfico 6: Levantamento Temático de Reportagens sobre a COHAB – 1983	79

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL.....	36
2.1 - Produção do espaço urbano, segregação e diferenciação socioespacial	37
2.2- Estigma territorial e geração: conceitos e perspectivas teóricas	44
CAPÍTULO 3 – PRESIDENTE PRUDENTE E O NÚCLEO BARTHOLOMEU BUENO DE MIRANDA	53
3.1. Entre a ferrovia e a boca de Sertão: A origem de Presidente Prudente	53
3.2 Entre tijolos e políticas: A habitação de interesse social em Presidente Prudente.....	57
3.3 Cohab só quem é de lá sabe o que acontece	62
CAPÍTULO 4 - PERCEPÇÕES E REPRESENTAÇÕES DO ESTIGMA TERRITORIAL	72
4.1 Representações externas: mídia, cidade e sociedade	72
4.2 Percepções e narrativas dos moradores.....	88
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
7.REFERÊNCIAS.....	102
8.ANEXOS	106

Introdução

“A cabeça pensa onde os pés pisam”. A reflexão de Tiaraju D’Andrea sintetiza a ideia de que toda forma de pensar o espaço nasce das experiências que o atravessam. É a partir dessa perspectiva que este trabalho se desenvolve, tomando como ponto de partida a periferia urbana e, mais especificamente, o Conjunto Habitacional Núcleo Bartholomeu Bueno de Miranda, em Presidente Prudente, no estado de São Paulo. O contato cotidiano com esse espaço possibilitou perceber que determinados bairros carregam marcas simbólicas que ultrapassam sua materialidade, influenciando práticas espaciais, discursos e relações sociais.

O espaço urbano brasileiro, historicamente conformado por desigualdades, produz distinções, hierarquizações e percepções que operam sobre determinados territórios. Nesse cenário, emergem narrativas — muitas vezes reforçadas por meios de comunicação, discursos institucionais e imaginários urbanos — que contribuem para a construção do **estigma territorial**, mecanismo que associa certos lugares a imagens negativas, independentemente da diversidade de características e experiências que os constituem. Essas representações, ao mesmo tempo em que moldam percepções externas, influenciam identidades, expectativas e modos de vida daqueles que habitam esses espaços.

Considerando tais elementos, por meio deste estudo, buscamos compreender como práticas, discursos e percepções contribuíram para a formação e a atualização do estigma territorial relacionado ao Núcleo Habitacional Bartholomeu Bueno de Miranda. Assim, o trabalho tem como **objetivo geral** identificar e analisar as representações e narrativas que estruturam o estigma territorial ao longo do tempo.

De maneira articulada a esse propósito, procuramos: a) investigar como processos urbanos de segregação e diferenciação socioespacial contribuíram para a construção desse estigma, b) compreender as práticas e configurações espaciais que revelam representações estigmatizantes associadas ao bairro e c) analisar como diferentes gerações de moradores vivenciam, reinterpretam ou contestam essas percepções no cotidiano. Tais objetivos específicos associados

ao geral orientaram a condução da pesquisa, oferecendo um caminho para observar as múltiplas dimensões que constituem o território estudado.

A abordagem adotada apoia-se em procedimentos qualitativos que articulam experiências de campo, escutas, registros e materiais documentais, permitindo captar as nuances do fenômeno analisado. O diálogo com referenciais da Geografia Urbana e da Sociologia oferece suporte para interpretar como práticas, narrativas e percepções se entrelaçam na produção de sentidos sobre o espaço.

Assim, esta introdução tem apenas o papel de situar o tema e apresentar a orientação geral do trabalho. Os capítulos seguintes aprofundam a discussão teórica, explicitam o percurso metodológico, contextualizam historicamente a formação urbana de Presidente Prudente e, por fim, analisam as representações e experiências que atravessam o estigma territorial na Cohab.

Mais do que oferecer respostas definitivas, o estudo busca contribuir para a compreensão das múltiplas camadas que constituem os territórios periféricos e dos significados que lhes são atribuídos ao longo do tempo.

1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A concepção do estigma territorial que adotamos para esta pesquisa, advém da de dois conceitos sociológicos entrelaçados por Wacquant (2014), sobre os quais discorreremos no próximo capítulo. Tal perspectiva conceitual foi combinada ao trabalho de campo, em que o papel do pesquisador é de observação sistemática das relações entre indivíduos e entre estes e o espaço, para capturar não apenas o aparente, mas apreender as representações, as narrativas e as práticas que expressam o estigma de base territorial.

Propusemos para a pesquisa metodologia de natureza qualitativa, buscando uma compreensão detalhada dos significados e características do objeto investigado em uma visão espaço-temporal.

Milani e Góes (2022) afirmam que a pesquisa qualitativa tem a capacidade de ensinar os significados do espaço que não são apresentados por si só, sendo que são produzidos por práticas espaciais do sujeito, além de essas ações serem influenciadas pelas características do próprio espaço.

A pesquisa qualitativa tem sua ênfase na interpretação do pesquisador, defendendo assim uma maior proximidade do sujeito com objeto estudado. Para colocar em consecução essa abordagem qualitativa, adotamos três procedimentos metodológicos principais: 1) a observação participante, 2) as entrevistas com cidadãos e 3) a pesquisa hemerográfica.

O trabalho de campo realizado alinha-se à **observação participante**, definida por Turra Netto (2011), como uma metodologia que requer um envolvimento com o grupo a ser estudado. Como morador do território a ser estudado, tenho¹ vivência no espaço em questão, que possibilitou uma imersão mais profunda e significativa nos conteúdos socioespaciais da área em estudo. Essa vivência é portadora de uma dada experiência do território estigmatizado, o que se traduz em memórias de um passado não tão distante e de um presente em curso Conforme Turra Netto (2011) é importante reforçar que realizar trabalho

¹ No caso deste capítulo, em situações em que a minha experiência de vida for relevante para orientar um dado procedimento metodológico, vou adotar o tempo verbal da primeira pessoa do singular.

de campo não deve significar destituir-se das teorias, para não cair em espontaneísmo.

A partir destas premissas para orientar a minha observação dos elementos que poderiam expressar o estigma territorial: fatos, acontecimentos, notícias, falas, expressões e comportamentos dos moradores do bairro e de outros cidadãos que a ele se referem.

De acordo com Milani e Góes (2022) apoiadas em Lindón (2008), aquilo que se estuda pode ser captado a partir de observações das práticas e espacialidades, interpretado através das imagens ou capturados das vozes dos próprios sujeitos. Trata-se de sujeitos que, em diferentes tempos, irão vivenciar e até mesmo moldar o espaço de formas diferentes. Baseando-se em Wacquant (2014), podemos observar como a questão do estigma territorial é percebida por diferentes gerações. Wacquant apresenta duas situações hipotéticas: - a de um velho morador economicamente estável de um bairro estigmatizado, que continua a propagar a questão do estigma, retirando apenas seus familiares e amigos do contexto; - a de um jovem morador que se apropria do estigma, mas agora se vangloriando e até mesmo celebrando com um grupo de amigos, para que assim possam reverter o estigma associado a eles.

Para Turra Netto (2014), o conceito de geração é importante para se entender mudanças no âmbito da Sociologia e tem sido relevante sua adoção no campo da Geografia, pois temos um importante conceito para reconstituir as trajetórias de mutação do espaço urbano, trazendo assim um ponto de vista dos sujeitos que experimentaram a mudança. Ao analisar diferentes gerações, pode-se explorar como o espaço urbano é moldado pela sociedade capitalista e, por sua vez, influencia as práticas sociais e espaciais.

Para a abordagem do tema, tendo como intuito dar voz a diversas gerações, o instrumento metodológico que pareceu fazer maior sentido para pesquisa, é o das **entrevistas com cidadãos** a serem realizadas com os moradores do bairro em estudo, pertencentes a diferentes gerações e representativos de diversas condições raciais e de gênero.

No caso de pesquisas do campo da Geografia, as entrevistas constituem um instrumento que busca informações, opiniões, pontos de vista, significados

do espaço a partir de experiências dos cidadãos (Milani e Góes, 2022). O objetivo que se procura estabelecer, é entender as diferentes dinâmicas do objeto de estudo, a partir do espaço - tempo em que o mesmo atua e no qual se insere. Nessa perspectiva, Goés e Sposito (2022) entendem que um conjunto de entrevistas irá possibilitar uma melhor compreensão dos processos de produção urbana e das práticas espaciais

Uma série de cuidados devem ser, entretanto, tomados com este instrumento metodológico. Segundo Milani e Góes (2022), é importante reconhecer a produção de uma narrativa de vivências, que irão se operar em duas dimensões: a da interação e a das memórias.

A estrutura desta metodologia, de natureza qualitativa, não tem como objetivo realizar um levantamento censitário. Seu foco, no caso desta pesquisa, reside na exploração das experiências geracionais, observadas a partir das interações humanas e das dinâmicas espaço-temporais nas quais o estigma territorial se manifesta.

As entrevistas têm por finalidade compreender como diferentes gerações de moradores estruturam e interpretam o processo de estigmatização territorial ao longo do tempo, evidenciando percepções, trajetórias, memórias e práticas cotidianas relacionadas ao bairro.

Quadro 1: Perfil dos entrevistados

Nome Fictício	Perfil	Geração	Renda	Vínculo com o Bairro
Lauro	30 anos, comerciante, morador da Cohab a 30 anos, ensino fundamental incompleto, reside atualmente no bairro divisório da Cohab com seus familiares.	3°	Entre 2 a 3 SM	Ex-morador/comerciante local
Orlando	43 anos, coordenador de TI, ex-morador da Cohab, morou por 25 anos, pós graduado, reside atualmente no Santo Expedito I zona norte da cidade, seus	2°	Entre 3 a 5 SM	Ex-morador

	pais ainda são moradores da Cohab			
Aparecida	74 anos, aposentada e faz alguns consertos de roupa, moradora desde a inauguração da Cohab, reside no bairro a 46 anos, antes morava de aluguel na Vila Iti	1°	Entre 2 a 3 SM	Morador atual
Carmen	60 anos, funcionária pública aposentada e comerciante, moradora do bairro a 25 anos, anteriormente morava no Bongiovani, atualmente mora com seus filhos	1°	Entre 3 a 5 SM	Morador atual
Pablo	30 anos, professor e estudante de pós graduação, morador desde o que nasceu.	3°	Entre 2 a 3 SM	Morador atual

Elaborado pelo autor, 2025

O Quadro 1 apresenta o perfil dos entrevistados, oferecendo uma amostra representativa das diferentes gerações contempladas na pesquisa. O primeiro entrevistado foi Lauro, amplamente conhecido no bairro por ter nascido e se criado na Cohab, sendo reconhecido por grande parte dos moradores.

A segunda entrevistada foi Aparecida, moradora desde a inauguração do bairro. A indicação partiu de minha mãe, que em conversas cotidianas mencionou a pesquisa; Aparecida demonstrou interesse imediato em participar ao saber que o trabalho tratava da história do conjunto.

O terceiro entrevistado foi um conhecido com quem convivi em atividades esportivas, especialmente jogos de basquete aos finais de semana. Em uma conversa informal, mostrou-se disposto a contribuir com sua percepção sobre o bairro, ainda que atualmente não resida mais na Cohab.

A quarta entrevista ocorreu por indicação de uma colega moradora da Cecap, que se dispôs a conversar com possíveis participantes. Posteriormente, repassou o contato de seu filho, estudante da UNESP, que informou que sua mãe tinha interesse em participar e viabilizou o encontro.

O quinto entrevistado é um conhecido de Lauro, a quem eu já conhecia de vista. Após mediação do próprio Lauro, aceitou prontamente colaborar com a pesquisa e conceder a entrevista.

Ao estruturar o recorte temporal da pesquisa, tornou-se necessário ajustar as faixas etárias estabelecidas inicialmente, de modo a garantir que todos os entrevistados possuíssem experiências e lembranças situadas dentro do período investigado (1980–2010). Assim, a definição das gerações foi reorganizada da seguinte forma:

- **3ª geração (25–35 anos):** nascidos entre 1990 e 2000;
- **2ª geração (36–50 anos):** nascidos entre 1980 e 1989;
- **1ª geração (51 anos ou mais):** nascidos antes de 1975.

Essa adequação confere maior consistência metodológica ao estudo, assegurando que os participantes possam contribuir com memórias alinhadas à temporalidade analisada. Tal definição baseia-se em estudos que indicam que a memória descritiva começa a se consolidar a partir dos três anos de idade.

Segundo Colognese e Mélo (1998, *apud* Góes et al., 2022), as entrevistas podem ser compreendidas como conversas orientadas pelo pesquisador, cujo objetivo é obter, por meio da interação, informações sobre práticas,

comportamentos, escolhas e percepções dos participantes, contribuindo para o esclarecimento das questões investigadas.

Para desenvolver essa metodologia, conduzimos entrevistas semiestruturadas com os cidadãos do bairro em análise, distribuídas nas três faixas etárias distintas, já explicitadas. O principal objetivo das entrevistas é compreender a estruturação e o entendimento da estigmatização territorial através dos moradores em diversas gerações distintas.

Como lembra D'Andrea "A periferia quer falar por si mesmo." (2022, p.60). É justamente nesse sentido que esta metodologia busca compreender como os sujeitos periféricos contribuem para a produção e o entendimento do espaço urbano.

A aproximação com estes cidadãos foi feita da seguinte forma. Por intermédio de alguém conhecido passamos a receber as indicações de outros moradores para conceder as entrevistas, sendo esta técnica chamada de "bola de neve"². Ao total foram conduzidas cinco entrevistas³, as quais foram depois transcritas para cada uma delas, foi elaborado também um diário de campo sobre como foi feita a aproximação, onde e como foi conduzida a entrevista e algumas percepções do pesquisador.

A partir desse procedimento metodológico, foi possível realizar uma análise sistematizada das entrevistas, com o objetivo de compreender como os participantes percebem o estigma territorial. Importante destacar que, em nenhum momento, foi informado previamente que a temática da entrevista trataria do estigma territorial. A condução das entrevistas buscou, portanto, favorecer a espontaneidade das lembranças e memórias associadas ao bairro, de modo a permitir a identificação e a análise das expressões do estigma no conjunto habitacional pelos cidadãos entrevistados.

Por meio das perguntas, o entrevistador busca gerar determinadas informações ou, ao pedir que aprofunde determinados aspectos, direciona o diálogo para conseguir extrair as memórias e as

² O método Bola de Neve é utilizado para a seleção de entrevistados, iniciando com um grupo de informantes-chave que, ao serem entrevistados, indicam outras pessoas relevantes para a pesquisa. (Góes e Sposito, 2022)

³ 4 O quadro de caracterização geral das entrevistadas e entrevistados encontra-se nos anexos desta monografia

representações que o sujeito entrevistado produz com base em suas práticas espaciais [...]. (Góes et al, p.104, 2022).

As entrevistas ocorreram de maneira dinâmica e sem maiores percalços. A opção pela entrevista semiestruturada contribuiu para que a condução fosse objetiva, permitindo ao mesmo tempo a abertura necessária para que os participantes desenvolvessem suas percepções. Embora o roteiro tenha possibilitado obter respostas diretas às questões propostas, emergiram também informações adicionais que se mostraram extremamente relevantes para a pesquisa e que serão analisadas nos capítulos seguintes.

Complementarmente, mas não com menor importância, a **pesquisa hemerográfica** constitui o procedimento documental capaz de captar representações históricas que extrapolam o âmbito da memória individual. A análise sistemática dos jornais locais é fundamental para recuperar narrativas, acontecimentos e representações simbólicas que contribuíram para a construção social do estigma territorial no conjunto habitacional Núcleo Bartholomeu Bueno de Miranda. O uso deste procedimento fundamenta-se no conceito de poder simbólico de Bourdieu (1989), segundo o qual a mídia não apenas relata fatos, mas produz e difunde visões de mundo que moldam representações sociais e espaciais.

No âmbito da pesquisa hemerográfica, foram levantadas reportagens sobre o bairro no jornal O Imparcial, principal periódico da cidade. Para essa análise, selecionamos edições das décadas de 1980, 1990 e 2000, que correspondem aos períodos de implantação, ocupação e consolidação do Núcleo Bartholomeu Bueno de Miranda. O acervo consultado — disponível tanto digitalmente quanto em formato físico na FCT/UNESP de Presidente Prudente — inclui exemplares publicados desde 1961⁴, oferecendo um mapeamento contínuo das representações jornalísticas sobre o bairro.

A pesquisa hemerográfica constitui um procedimento metodológico de grande relevância e serviu como um norteador indispensável ao lado das

⁴ A biblioteca Dióres Santos Abreu da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp possui um acervo destes exemplares tanto digital quanto em suporte papel, dos anos de 1961 até os dias atuais.

entrevistas. O bairro possui mais de 30 anos de história e a análise de jornais é fundamental para recuperar os eventos e as representações que a memória individual tende a esquecer. Esta investigação baseia-se no conceito de poder simbólico de Bourdieu (1989), reconhecendo que as narrativas e as representações veiculadas pela mídia são mecanismos ativos que impõem visões de mundo e, neste caso, influenciam diretamente na construção do estigma territorial.

As entrevistas são suportadas por memórias pessoais esta são complementadas pela análise de jornais na pesquisa hemerográfica, que se trata de uma investigação através de jornais. Este procedimento metodológico constitui-se de grande relevância para a pesquisa proposta. Conforme Seibel (sem data) a pesquisa hemerográfica, tem muito a contribuir em pesquisas que não possuem uma sistematização sobre o assunto. Com isso esta metodologia contribui para a análise da temática estudada, pois a mídia, com suas narrativas e representações sociais e espaciais, influencia a estigmatização territorial, uma vez que, segundo Wacquant (2014, p.33), são “especialistas en la producción simbólica”.

Em vista ser uma quantidade expressiva de exemplares do jornal, buscamos dois critérios para assim filtrar a busca e organizar o acervo hemerográfico. O primeiro consistiu na compreensão da estrutura interna do jornal O Imparcial, cuja diagramação evidencia que as principais notícias locais se concentram nas três primeiras páginas. Considerando que o Conjunto Habitacional Núcleo Bartholomeu Bueno de Miranda (COHAB) foi, até 1993, um dos maiores empreendimentos populares da região (Silgueiro dos Santos, 2016), verificou-se, em levantamento preliminar, que diversas notícias sobre o conjunto — especialmente entre 1979 e 1980 — aparecem justamente nessas páginas iniciais.

O segundo critério corresponde a uma análise hemerográfica em “bola de neve”, adaptada da técnica usada para seleção de entrevistados. A partir de pequenas pistas identificadas em fontes iniciais — como datas, eventos e menções específicas — novas edições e reportagens foram localizadas, permitindo ampliar e aprofundar o levantamento. As memórias dos entrevistados

também funcionaram como ponto de partida, indicando acontecimentos que orientaram a busca por documentos no acervo jornalístico.

Entendemos que essa abordagem multifacetada nos possibilitou não apenas compreender a dinâmica do estigma territorial em sua complexidade, mas também oferecer *insights* valiosos sobre as interações entre espaço, tempo e práticas sociais na construção e desconstrução das representações sociais sobre os espaços urbanos.

Para uma melhor compreensão desta metodologia detalhamos o procedimento de analisar a importância do jornal “O Imparcial” para a cidade e região e adiante mostrar a estrutura do jornal.

O jornal “O Imparcial” criado no ano de 1939 e que continua a ser publicado até os dias atuais foi o meio de comunicação escolhido, dada sua relevância. O jornal não foi o primeiro comunicador social que atendeu a cidade de Presidente Prudente, outros jornais o antecederam, entretanto, é o único diário com circulação regional que, no ano de 2025, completa seus 86 anos de circulação.

Ao compreendermos a importância do jornal “O Imparcial” para a cidade de Presidente Prudente e para esta pesquisa devemos levar em conta algumas características relevantes, para a melhor compreensão de possíveis lacunas futuras.

O jornal “O Imparcial” é tido como um meio de comunicação de caráter regional. Essa classificação funcional dos jornais foi obtida através do IV Congresso Nacional de Jornalistas, em Belo Horizonte. Neste encontro o geógrafo Milton Santos apresentou uma proposta de classificação para uma construção futura de um “mapa jornalístico no Brasil” (Reis, 2018).

De acordo com Reis (2018, p.64-65)

Essa proposição delimitou, com base no contexto, quatro categorias de jornais no país: a) nacional (circula na capital da República e em São Paulo, nas capitais estaduais e em camadas restritas das cidades servidas por linhas aéreas diárias); b) estadual (cobre a superfície do estado respectivo. Sua função regional é, porém, tanto mais reduzida quanto mais desenvolvida a economia provincial e a sua rede de transportes); c) regional (circula em sua área respectiva, sofrendo nas bordas a concorrência do jornal da região vizinha), e d) local (atende a interesses do lugar onde atua e não raro a problemas de natureza

efêmera, animando-se ao sopro de paixões momentâneas, que marcam geralmente o seu tempo de vida ou renascimento). (apud Santos, 1955 [2007]).

Tomando como referência a categorização de um jornal regional, temos elementos característicos que marcam os seus exemplares

Os jornais regionais e locais, juntamente com os portais de notícias regionais, “publicam notícias de interesse direto e próximo da comunidade, ao mesmo tempo em que reproduzem informações dos grandes centros para manter o público informado do que se passa [lá fora]” (Reis, 2018, p. 65).

Com base no período analisado do jornal "O Imparcial" (décadas de 1980, 1990 e 2000), vimos uma grande diferença em seu formato no decorrer dos anos. Os primeiros contatos com os jornais a partir do ano de 1979 até o período de 1989, trata-se de um jornal que abrange não só notícias da região e de sua cidade de atuação, mas de todo o Brasil. Conforme mostrado na figura 1.

Figura 1: Reportagens *O Imparcial* 13 de maio de 1979.



Fonte: Acervo de jornal FCT-UNESP PRESIDENTE PRUDENTE, elaborado pelo autor, 2025.

Na década de 1980, predominava uma diagramação do jornal segundo a qual as notícias do Brasil e do mundo tomavam grande parte das páginas do noticiário jornalístico impresso. As notícias locais publicadas, só tomavam esta posição na publicação, quando tinham caráter de alta importância ou expressavam grande movimentação na cidade.

Figura 2: Reportagens Locais, “O Imparcial”, 30 de setembro de 1980.



Fonte: Acervo de jornal FCT-UNESP PRESIDENTE PRUDENTE, elaborado pelo autor, 2025.

A partir do ano de 1984 tem-se uma maior abrangência de notícias nacionais. Podemos conciliar estas notícias nacionais, com o momento político que o Brasil estava vivendo. Conforme Peixoto

Nunca é demais lembrar a importância crescente da imprensa brasileira no processo de consolidação democrática do país e na luta pelo alargamento dos direitos do cidadão. Seu desempenho junto a acontecimentos políticos de forte mobilização, popular como o movimento das Diretas-Já em 1984, ou o impeachment do presidente Collor em 1989 só para citar dois exemplos, confirma o papel central da mídia eletrônica e impressa, não apenas no acompanhamento dos fatos políticos, mas fundamentalmente na deflagração dos processos. (Peixoto, 1998, p.31)

Este formato de jornal, segundo o qual as notícias do Brasil e do mundo tomam uma grande relevância no seu formato de informação ao público tem a sua mudança a partir da década de 1990.

A diagramação do Jornal “O Imparcial” sofreu algumas alterações. Na década anterior, tínhamos um jornal com suas notícias mais voltadas para o Brasil e o mundo em grande parte das páginas do impresso. Porém, a partir da década de 1990, vemos um jornal que suas páginas são separadas por assuntos, como política, economia, local, esportes, seção policial e entre outros.

Figura 3: Jornal O Imparcial 08 de agosto de 1990.



Fonte: Acervo de jornal FCT-UNESP PRESIDENTE PRUDENTE, elaborado pelo autor, 2025.

A partir da década de 2000, uma nova diagramação foi apresentada. A uma separação do jornal em caderno 1 e 2 e o imparcial cidade. O caderno 1 é destinado a notícias gerais do Brasil e mundo separados por assuntos. O caderno 2 é voltado para assuntos da sociedade da região e eventos. *O Imparcial cidade* estava totalmente voltado para notícias das cidades e região de Presidente Prudente.

Figura 4: Jornal O Imparcial 02 de agosto de 2000.



1º página jornal O IMPARCIAL -2000



GERAL



POLÍTICA



ESPORTE

Fonte: Acervo de jornal FCT-UNESP PRESIDENTE PRUDENTE, elaborado pelo autor, 2025.

Figura 5: Jornal *O Imparcial* 02 de agosto de 2000.



Fonte: Acervo de jornal FCT-UNESP PRESIDENTE PRUDENTE, elaborado pelo autor, 2025.

A partir da análise da estrutura dos jornais publicados, ao longo das três décadas contempladas por esta pesquisa, iniciou-se a busca por notícias relacionadas ao Núcleo Bartholomeu Bueno de Miranda. O ponto de partida foi a data de inauguração do conjunto, que possibilitou localizar as primeiras matérias vinculadas ao bairro. A partir dessa identificação inicial, foi possível recuperar informações adicionais, como o início das obras, o que viabilizou o levantamento de notícias desde o período de construção do empreendimento.

A pesquisa nos periódicos ocorreu de duas maneiras. A primeira consistiu na consulta aos exemplares digitalizados disponíveis⁵ no site da biblioteca da FCT/UNESP de Presidente Prudente - SP. A segunda envolveu o exame dos periódicos físicos ainda não digitalizados, de modo a garantir a abrangência e a completude do levantamento documental.

A análise dos periódicos digitalizados mostrou-se ágil, embora tenha sido necessário realizar a busca individualmente em cada jornal. Por meio da

⁵ <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/collections/ef784c09-92dc-43b0-8c90-084dc5eb5eae/search>

ferramenta de busca por palavras-chave, foi possível localizar de forma rápida as notícias referentes ao conjunto. As palavras-chave utilizadas nesse processo foram: conjunto habitacional, COHAB, Núcleo Bartholomeu Bueno de Miranda e zona oeste. Nesta etapa foram observadas aproximadamente 1.724 edições do *O Imparcial* – 1979 – 1983.

A análise dos periódicos físicos disponibilizados na biblioteca da FCT/UNESP de Presidente Prudente mostrou-se mais trabalhosa. Assim como ocorreu com os exemplares digitalizados, também foi necessário consultar cada edição individualmente. O procedimento adotado consistiu em primeiro, compreender a organização interna do jornal para, então, direcionar a leitura às seções onde eram veiculadas as notícias locais da cidade, o que possibilitou identificar as matérias relacionadas ao bairro. Entretanto este procedimento acabou por ser extremamente demorado o que nos levou a tomar algumas decisões que orientaram a continuidade da pesquisa hemerográfica.

Os períodos selecionados para a análise correspondem, primeiramente, à data de inauguração do bairro — definida a partir de uma reportagem extensa publicada por ocasião do segundo aniversário do Núcleo Bartholomeu Bueno de Miranda, em 1982. Além desse marco temporal, foram incluídas as datas próximas às eleições municipais e os primeiros meses de cada ano, que coincidem com o período de maior precipitação na região. Esses recortes possibilitaram identificar diferentes enfoques jornalísticos sobre o conjunto habitacional ao longo do tempo. Foram analisadas aproximadamente 2.000 edições relativas ao período de 1984 a 2010.

Paralelamente à consulta dos periódicos, foi elaborada uma planilha contendo as seguintes informações: ano, título da notícia, resumo, data, edição do jornal e o assunto ao qual a matéria jornalística estava relacionada, conforme demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2: Sistematização das notícias de *O IMPARCIAL* - 1980

ANO	TITULO DA ENTREVISTA	RESUMO	DATA	JORNAL	ASSUNTO
1980	Prudente conta com 2 bilhões em investimentos diversos do BNH	A notícia fala do investimento em Presidente Prudente e fala sobre a que as obras que deveriam ser entregues no ano de 1979, porém houve um atraso e serão entregues no início de março de 1980	01/01/1980	8862	ATRASOS NA OBRA
1980	"Aqui o dinheiro está sendo bem empregado"	Visita do delegado da BNH as obras em construção, sendo a Cohab ainda colocada como uma obra em execução	13/05/1980	8971	FISCALIZAÇÃO DE OBRAS
1980	Uma creche e um posto de saúde ao novo conjunto habitacional	A reportagem trás que será construída uma creche e um posto de saúde, entretanto o maior foco da notícia é o atraso de 6 meses para a inauguração. Sendo o considerado um bairro periférico que irá nascer com toda a infraestrutura básica.	21/05/1980	8978	ATRASOS NA OBRA
1980	A Cohab anuncia os classificados para suas casas de Pres. Prudente	É anunciado a relação de nomes dos beneficiados ao programa. A relação de documentos deverá ser entregue no início de julho. Este primeiro chamamento é para escolher sua casa. (Lista de aprovados no jornal p.8)	03/06/1980	8989	CONVOCAÇÃO

1980	Escritório da Cohab estará aberto ao público amanhã	O escritório da Cohab-Bauru segue chamando os selecionados. Sendo essa reportagem informado os valores que irão pagar por prestação, é informado que não se paga nenhuma entrada, porém é cobrado uma taxa burocrática.	04/06/1980	8990	CONVOCAÇÃO
------	---	---	------------	------	------------

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

A partir da organização deste quadro, iniciamos a análise das reportagens que serviram como base para a compreensão das representações estigmatizantes veiculadas pelo jornal *O Imparcial* no período de 1979 a 2010.

A partir da análise de periódicos realizada na pesquisa hemerográfica, passamos ao segundo procedimento metodológico: as entrevistas com cidadãos. Para desenvolver essa metodologia, planejamos conduzir entrevistas estruturadas com os cidadãos do bairro em análise, distribuídas em três faixas etárias distintas. O principal objetivo das entrevistas é compreender a estruturação e o entendimento da estigmatização territorial através dos moradores em diversas gerações distintas.

As metodologias adotadas neste estudo buscaram articular diferentes instrumentos de investigação capazes de revelar, em suas múltiplas dimensões, o processo de estigmatização territorial que incide sobre o Núcleo Bartholomeu Bueno de Miranda. A combinação entre pesquisa hemerográfica, entrevistas semiestruturadas e observações de campo mostrou-se fundamental para captar tanto as formas históricas de produção simbólica quanto as vivências e interpretações dos cidadãos ao longo das gerações. Ao mobilizar essas frentes complementares, o estudo procurou construir uma abordagem sensível às temporalidades e às práticas sociais que moldam a experiência urbana no bairro.

A integração entre procedimentos documentais e empíricos ampliou a capacidade analítica da pesquisa, ao relacionar representações históricas com experiências contemporâneas. Essa aproximação oferece um panorama mais completo sobre a dinâmica do estigma territorial, evidenciando tanto sua construção simbólica quanto seus efeitos nas vidas dos moradores. Nesse processo, a memória individual desempenhou papel central para compreender

como determinadas narrativas são reforçadas, transformadas ou resistidas ao longo do tempo.

Dessa forma, as entrevistas permitiram acessar experiências vividas e percepções internas ao bairro, enquanto a análise dos periódicos evidenciou discursos historicamente produzidos sobre o território. A articulação entre essas metodologias possibilitou cotejar memórias, relatos e registros jornalísticos com as observações realizadas em campo, contribuindo para equilibrar as perspectivas individuais com aquelas mobilizadas pelos demais entrevistados e pela mídia local.

2. FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL

Buscamos neste capítulo sintetizar a discussão sobre os principais conceitos que embasam esta monografia. É importante destacar que o objetivo deste trabalho não é se aprofundar nas discussões epistemológicas, mas sim aplicar os conceitos à análise proposta.

A fundamentação teórica tem como propósito estabelecer o alicerce conceitual que orienta a leitura e a interpretação do objeto de estudo. Por meio dela, é possível compreender as categorias analíticas que norteiam a pesquisa e que possibilitam articular a realidade empírica com as reflexões teóricas desenvolvidas nas Ciências Humanas.

Os conceitos aqui trabalhados partem de duas ciências humanas: Geografia e Sociologia. Com ênfase nos estudos urbanos, neste capítulo propomos uma reflexão sobre as formas como o espaço urbano é produzido, organizado e lhe são atribuídos significados pelos diferentes agentes sociais. Nesse sentido, buscamos discutir os processos de produção do espaço, segregação e diferenciação socioespacial, bem como o estigma territorial e as relações geracionais que emergem desses contextos.

A partir do diálogo com autores clássicos e contemporâneos, são abordados quatro eixos centrais: (1) a produção do espaço urbano e o papel dos agentes que o constituem e a produção do espaço urbano na cidade média; (2) os processos de diferenciação e segregação socioespacial, compreendidos como expressões estruturais da lógica capitalista de ocupação do território; (3) o estigma territorial, enquanto mecanismo simbólico de classificação, discriminação e hierarquização de determinados espaços; e (4) o conceito de geração, entendido como chave interpretativa para compreender como diferentes grupos etários vivenciam, percebem e (re)produzem esses processos ao longo do tempo.

Ao articular esses conceitos, buscamos elucidar teoricamente as dinâmicas que estruturam o espaço urbano, especialmente em contextos periféricos e em cidades médias. Assim, por meio do capítulo, estabelecemos as bases necessárias para a análise empírica a ser desenvolvida na sequência,

oferecendo as lentes pelas quais será possível interpretar as práticas espaciais, as desigualdades socioespaciais e as percepções dos cidadãos sobre o território que habitam.

2.1 - PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, SEGREGAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL

A compreensão da produção do espaço urbano é essencial para analisar as dinâmicas socioespaciais que estruturam as cidades. Com isto torna-se imprescindível uma análise teórica da produção do espaço urbano e sua construção da lógica centro-periferia e como está lógica evidencia a segregação e a diferenciação socioespacial.

Tomemos a análise a partir de dois diferentes pontos. O primeiro ponto visa a elucidar a constituição e os mecanismos do processo de produção do espaço urbano, identificando os agentes e as contradições inerentes à sua gênese capitalista. O segundo ponto tem como referência aplicar e discutir este processo dinâmico no contexto específico de uma cidade média, compreendendo as particularidades com que a lógica centro-periferia se manifesta neste tipo de aglomerado urbano.

Partimos da análise teórica de Corrêa (2002) acerca de sua concepção de espaço urbano, definido como o conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Esses usos delimitam distintas áreas da cidade, como o centro urbano as zonas industriais e as áreas residenciais, diferenciadas tanto em sua forma quanto em seu conteúdo social. Incluem-se ainda as áreas destinadas ao lazer e aquelas reservadas para futura expansão.

Ainda de acordo com Corrêa (2002), o espaço urbano, que se materializa no que chamamos de cidades, é um produto social, orientado por agentes que fazem e refazem a cidade. Tais agentes, orientados por uma lógica de produção capitalista, engendram a produção do espaço urbano contemporâneo, que é simultaneamente fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, e um campo de lutas pela apropriação e uso da terra. Os principais agentes que fazem e refazem a cidade podem ser identificados no quadro 3.

Quadro 3 – Os agentes produtores do espaço urbano, interesses e estratégias

Agente Produtor	Interesse Principal	Estratégia Espacial
1. Proprietários dos Meios de Produção	Lucro na produção.	Buscam amplos terrenos, de baixo custo e com requisitos locacionais específicos (próximos a vias, portos, etc.).
2. Proprietários Fundiários	Obter a máxima Renda Fundiária	Estão interessados no valor de troca da terra e na conversão de terra rural em urbana, buscando o uso mais remunerador possível (residencial de status ou comercial).
3. Promotores Imobiliários	Lucro na circulação.	São agentes que articulam o processo: incorporação, financiamento, construção e comercialização (transformando capital-mercadoria em capital-dinheiro acrescido de lucro).
4. O Estado	Reprodução da sociedade e legitimação do sistema.	Tem atuação complexa e variável; regula o uso do solo, taxa a propriedade, produz as condições de produção (infraestrutura) e, muitas vezes, atua como mediador ou facilitador dos agentes hegemônicos.
5. Grupos Sociais Excluídos	Moradia/Sobrevivência.	Participam da produção do espaço a partir de soluções habitacionais informais — como a autoconstrução, os cortiços e as favelas — associadas às limitações impostas pelo acesso restrito ao mercado formal de habitação.

Fonte: Corrêa, 2002. Organizado pelo autor, 2025

Para uma síntese sobre o processo de produção do espaço urbano, tema que:

Em suma, é o processo de reprodução do capital que vai indicar os modos de ocupação do espaço pela sociedade, baseados nos

mecanismos de apropriação privada, em que o uso do solo é produto da condição geral do processo de produção da humanidade, que impõe uma determinada configuração ao espaço urbano (Carlos, p.49, 2003)

Ao compreendermos essa produção do espaço urbano, fica evidente que a segregação e a diferenciação socioespacial não são acidentais, mas sim mecanismos estruturais que garantem a valorização de certas porções do espaço inviabilizando o acesso de alguns grupos sociais a elas, materializando a desigualdade na forma urbana. Trataremos este aspecto com uma maior ênfase mais adiante.

Entre processos sociais, de um lado e as formas espaciais de outro, aparece um elemento mediatizador que viabiliza que os processos sociais originem as formas espaciais. Este elemento viabilizador constitui-se em um conjunto de forças atuantes ao longo do tempo, posta em ação pelos diversos agentes modeladores, e que permitem localizações e realocações das atividades e da população na cidade. São os processos espaciais, responsáveis imediatos pela organização espacial desigual e mutável da cidade capitalista. (Corrêa, p. 36, 2002)

As reflexões sobre a produção do espaço urbano possibilitam avançar na análise de dois conceitos fundamentais para esta pesquisa: a diferenciação socioespacial e a segregação socioespacial. Ambos constituem desdobramentos diretos do modo como o espaço é produzido e apropriado pelos diferentes agentes sociais, revelando as contradições e desigualdades que estruturam a cidade capitalista. Portanto, compreender a produção do espaço é condição necessária para apreender a gênese e a dinâmica desses processos.

Segundo Corrêa (2002), a cidade capitalista constitui-se como o espaço privilegiado de manifestação de diversos processos sociais, entre os quais a acumulação de capital e a reprodução social assumem papel central. Esses processos produzem funções e formas espaciais — isto é, atividades e suas materializações — cuja distribuição no território urbano conforma a própria organização espacial da cidade.

Com isto, a cidade capitalista terá uma determinada forma. Autores comprometidos ao estudo da urbanização e estruturação das cidades latino-americanas contemporâneas, destacam que elas vêm sendo marcadas por uma lógica centro-periferia (Calixto, 2021). Esta lógica tem em sua base uma estruturação baseada na produção capitalista das cidades. Esta lógica gera a

diferenciação socioespacial que é o resultado da principal contradição da produção capitalista do espaço.

Desde os primórdios da Geografia, esta ciência tem buscado a explicação sobre o espaço. De acordo com Carlos (p. 46, 2007) “Poderíamos, inicialmente, afirmar que a noção de “diferenciação espacial” é um tema central da Geografia que pode ser constatado numa vasta bibliografia [...]”. Entretanto ao se colocar “socioespacial” teremos uma nova visão da análise do conceito.

O raciocínio aqui apresentado aponta uma orientação precisa que é aquela de compreender o espaço geográfico como produção social, isto é, o ato de produção da vida como ato de produção do espaço sinalizando uma compreensão da dialética espaço-sociedade não como dois termos separados que “entram em relação”, como muito se fez na Geografia, mas como um termo se realizando no outro e através do outro. (Carlos, p. 47, 2007)

A palavra diferenciação tem em seu significado o ato de tornar ou estar diferente, ou a distinção entre coisas. Sua etimologia vem do latim *differentia* (diferença), com o sufixo “-ção” indicando ação ou resultado de um processo. Ao colocarmos em conjunto socioespacial, evidenciamos a prática de indissociabilidade entre sociedade e espaço. Eis o que é o espaço urbano: reflexo e condicionante social (Corrêa, 2002), que se materializa na cidade constituindo a diferenciação socioespacial.

A lógica centro-periferia é o mapa concreto que a diferenciação socioespacial desenha na cidade, demonstrando que o espaço não é neutro, mas sim um produto hierárquico e desigual da reprodução do capital, dividido por classes.

Em suma a diferenciação socioespacial, traz à tona o capitalismo especializado, ou seja, a diferença que se vê na paisagem (espaços residenciais fechados, os conjuntos habitacionais sem infraestrutura, a disparidade entre bairros) não é um erro ou um acaso do planejamento, mas sim a forma essencial que o capitalismo assume ao produzir o espaço. A cidade, diferenciada e desigual, é o capital em ação.

Desse modo a prática socioespacial fundada na desigualdade concreta e real propõe a realização da diferença num outro plano, contestando, de um lado, a redução do humano e da vida na cidade ao mundo da mercadoria, que produz a “cidade como negócio” (o crescimento como estratégia da reprodução espacial) e de outro, mas a ela associado, o planejamento do espaço sob a lógica do econômico posto que a

condição do lugar na sua inserção à lógica global, produtora (também ela) de diferenciações, aprofunda a contradição entre espaços integrados/desintegrados à globalização, também traduzida pela contradição centro-periferia, como apontada por Soja (1993). Portanto a diferenciação se estabelece e se realiza, a partir do lugar, entre escalas e em cada uma delas (Carlos, p.49, 2007).

Se a diferenciação socioespacial representa a forma essencial que o capital assume no espaço – a própria materialização da desigualdade –, a segregação urbana constitui um processo radical que realiza essa distinção no plano do aprofundamento das contradições.

Embora intimamente ligada à diferenciação, a segregação abarca conteúdos mais profundos, pois transcende a mera distinção na paisagem, sendo o resultado da imposição de barreiras — físicas ou simbólicas — que restringem a mobilidade e o acesso de grupos sociais a certas porções da cidade.

A palavra "segregação" tem sua origem no latim *segregatio*, que significa "separação" ou "isolamento". Ela deriva do verbo *segregare*, formado pelo prefixo *se-* ("à parte", "separado") e *gregare* ("reunir em rebanho", "agrupar").

A partir da etimologia das palavras já podemos compreender, que os dois processos são conceitos que dialogam entre si, mas não são sinônimos. Enquanto um nos revela uma distinção – diferenciação socioespacial – o outro nos leva o fato de separar – segregação socioespacial.

Compreendemos que ambos processos não são sinônimos, tão pouco serão processo hierárquicos – primeiro ocorre a diferenciação e depois a segregação. De acordo com Sposito (2013), a diferenciação socioespacial não irá provocar uma segregação, entretanto este último processo pode ser visto como a forma radical da diferenciação.

Este é então, um ponto central: só cabe a aplicação do conceito de segregação quando as formas de diferenciação levam a separação espacial radical e implicam rompimento, sempre relativo, entre parte segregada e o conjunto do espaço urbano, dificultando as relações e articulações que movem a vida urbana. (Sposito, p.65, 2013).

Com isso, seguimos a compreender a segregação socioespacial. Que em seu âmbito possuirá também muitas formas de adjectiva-las (Sposito, 2013). Entretanto sigamos com o socioespacial, pois assim como a diferenciação

socioespacial entendemos que não existe a dissociação destas duas dimensões para o estudo de ambos os processos, nesta pesquisa.

A segregação é dentre todos os conceitos e noções que tratam das dinâmicas de segmentação socioespacial nas cidades, o que tem maior grau de determinação no plano espacial: sem este ela não se constitui e somente nele pode se revelar (Sposito, p.66, 2013)

Este conceito de natureza geográfica deve também ser relacionado a uma escala geográfica, (Sposito, 2013). Ao entendermos a segregação socioespacial como um conceito exposto em tantos contextos urbanos. É fundamental reconhecer que não se trata de um fenômeno homogêneo, mas de uma realidade que assume configurações específicas conforme o contexto espacial e social em que ocorre.

Este processo gera condicionantes que extrapolam o plano material. Trata-se de formas simbólicas e subjetivas (Sposito, 2013) que revelam quais espaços são socialmente marcados como segregados. Essas formas expressam-se por meio de imagens e representações sociais, frequentemente reproduzidas pela mídia, pela falta de conhecimento sobre determinados territórios ou pela associação entre elementos materiais e imateriais que, também, constroem o imaginário urbano.

Assim, a segregação socioespacial manifesta-se de maneira multidimensional (Sposito, 2013), articulando dimensões econômicas, políticas e simbólicas que produzem fronteiras visíveis e invisíveis no espaço urbano. Um exemplo emblemático aparece na música *Dá ponte para cá* (2002) dos Racionais MC's, em que ao afirmar: "O mundo é diferente da ponte pra cá", expressão que sintetiza a percepção de fronteira entre o centro e a periferia e evidencia a experiência vivida da segregação socioespacial.

Ao assimilar esta lógica da produção do espaço urbano, tomemos um segundo ponto que devemos colocar em análise: as cidades médias⁶. Na Geografia Urbana brasileira, essas cidades têm ganhado crescente relevância,

⁶ A produção do espaço urbano é um processo que se realiza em diversas escalas e cidades de diferentes portes. A essência do processo e sua aparência materializada se mantêm. Entretanto existe particularidades/singularidades/especificidades ou repetições e diferenças entre as cidades pequenas, médias e metrópoles (Henrique 2010).

uma vez que tem se ampliado o número de pesquisas sobre elas. Em razão da cidade que esta pesquisa toma partido, sentimos necessário compreender a produção deste espaço e suas particularidades.

Tomemos como ponto de partida a definição de cidade média. Sposito (2017) defende que a expressão “cidade média” é aplicável apenas conveniente às cidades de porte médio que exercem funções intermediárias e/ou regionais no contexto da rede urbana.

Esses apontamentos já indicam, como vem sendo destacado desde Christaller, que reconhecer uma cidade como média implica, necessariamente, considerar dois aspectos. Primeiramente, há de se observar a posição dessa cidade no âmbito da rede urbana, nos termos de existência de uma hierarquia urbana. Em segundo lugar, sua situação geográfica é, sem dúvida, condição *sine qua non* para a definição do potencial de uma cidade vir exercer papéis intermediários nas relações que se estabelecem entre as cidades de rede urbana (Sposito, p.41-42, 2017)

Ao serem definidas por sua função e posição na hierarquia, as cidades médias não são apenas pontos na rede, mas sim nós estratégicos que, por esta razão, vivenciam uma intensa reestruturação econômica e espacial. O seu crescimento é um dos vetores da reprodução ampliada do capital (Carlos, 2003) no Brasil, atraindo investimentos e promovendo uma complexa dinâmica de produção do espaço que tensiona o sistema.

Desse modo, ao reconhecer que as cidades médias apresentam particularidades na forma como o espaço urbano é produzido e apropriado. A análise da produção do espaço nas cidades médias deve ser feita sob a lente da dialética entre Diferenças e Repetições, conforme proposto por Henrique (2010). O autor oferece uma estrutura para entender como a ação dos agentes (Corrêa, 2002) se materializa de forma particular, mas também singular, nas cidades médias.

O urbano que chega às cidades médias e pequenas é um modelo global, mas ao se encontrar com as especificidades locais — muitas vezes marcadas pelo rural ou como o caso da cidade em estudo, a linha ferroviária — ele é transformado. O resultado é um tipo de espaço urbano próprio dessas cidades: simultaneamente repetição do global e expressão do local (Henrique, 2010).

Sintetizando, podemos reforçar que a produção do espaço urbano sob a lógica da produção capitalista engendra uma série de processos interdependentes, entre os quais se destacam a diferenciação e a segregação socioespacial. Esses processos não atuam de forma isolada; pelo contrário, articulam-se em uma rede dinâmica de condicionantes que estruturam e influenciam a vida cotidiana dos cidadãos. Em muitos casos, tais processos não são superados, apenas amenizados ou reinterpretados, sendo, por vezes, internalizados como expressão de status ou de conquista individual, o que revela o caráter simbólico e ideológico da produção capitalista do espaço.

Adiante, abordaremos dois outros processos de caráter sociológico que atuam em conjunto com a diferenciação e a segregação socioespacial: o estigma territorial e a geração. Ambos são estruturadores e/ou influenciadores das práticas urbanas e das experiências cotidianas dos cidadãos, especialmente no que se refere ao direito à cidade.

2.2. ESTIGMA TERRITORIAL E GERAÇÃO: CONCEITOS E PERSPECTIVAS TEÓRICAS

O conceito de estigma territorial é concebido a partir de dois outros conceitos fundamentais — estigma e poder simbólico — conforme proposto por Wacquant (2014). Para compreender sua formulação, é necessário analisar inicialmente cada um desses conceitos de forma separada, de modo a posteriormente entender como sua articulação dá origem à ideia do estigma territorial.

O conceito de estigma adquire um significado relacional na obra do sociólogo canadense Erving Goffman (1988), ao associar atributos e estereótipos às formas de estigmatização. Para o autor, o estigma não é uma característica isolada do indivíduo, mas um rótulo socialmente construído que se manifesta nas relações e interações cotidianas, revelando como determinados atributos são criados, manipulados e convertidos em mecanismos de exclusão social (Assensio e Soares, 2022).

Goffman (1988), em sua obra, traça a evolução histórica do conceito de estigma, desde os tempos gregos até o período contemporâneo. Na Grécia Antiga, o estigma era caracterizado como uma marca, uma cicatriz ou sinais corporais que buscavam evidenciar algo “extraordinário”.

O sociólogo, no entanto, move a análise dessa marca física para o campo das interações sociais. Ele defende que a sociedade procura categorizar as pessoas através de atributos considerados comuns e naturais e que, por contraste, o estigma só pode ser compreendido através das relações sociais ou, como o autor menciona, de uma “linguagem de relações”.

Goffman (1988) define o estigma como um processo social no qual determinados atributos passam a ser investidos de significados depreciativos, produzidos e sustentados nas relações sociais, e não como características intrinsecamente negativas ou objetivas dos indivíduos. Mesmo nos casos em que o estigma se associa a atributos físicos ou visíveis — como ocorre nos estigmas relacionados à raça, à nacionalidade ou à religião —, seu caráter depreciativo não reside no atributo em si, mas na leitura social que dele se faz.

Em todos esses exemplos de estigma, entretanto, inclusive aquele que os gregos tinham em mente, encontram-se as mesmas características sociológicas: um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social quotidiana possui um traço que pode se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. (Goffman, p.14, 1988).

O estigma, conforme formulado por Goffman (1988), incide profundamente sobre a identidade das pessoas estigmatizadas, produzindo efeitos diretos em suas experiências e práticas cotidianas. Para o autor, o estigma não se limita a um atributo individual, mas emerge no âmbito das interações sociais, nas quais são produzidas e reproduzidas imputações, expectativas e julgamentos dirigidos tanto ao “eu” quanto ao “outro”.

Tal perspectiva evidencia que as situações sociais não são definidas de maneira arbitrária ou exclusivamente pelos atores, mas são moldadas por normas, expectativas e estruturas simbólicas que organizam as relações sociais e posicionam os sujeitos dentro de hierarquias de valor previamente estabelecidas.

É justamente nesse ponto — na existência de estruturas simbólicas que moldam percepções, classificações e relações sociais — que se torna necessário avançar para o conceito de poder simbólico, conforme formulado por Bourdieu (1989).

A reprodução das relações sociais de produção capitalistas e da estrutura das relações de força entre as classes sociais não irão se materializar apenas nos aparelhos repressivos de Estado e por sua violência física e explícita. Pierre Bourdieu percebeu que essa reprodução também se dá pela violência implícita e dissimulada do poder simbólico realizado por instituições sociais. (Pereira dos Santos, 2024).

Para Bourdieu (1989), o poder simbólico é a capacidade de construir e impor uma visão legítima da realidade, produzindo categorias de percepção e de classificação que organizam o mundo social. Trata-se de um poder que não se exerce pela força física nem pela coerção direta, mas pela autoridade reconhecida pelas instituições e pelos agentes legais— como o Estado, os meios de comunicação, a escola, ou especialistas — para definir o que é verdadeiro, aceitável ou normal.

O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnosiológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o *conformismo lógico*, quer dizer, ‘uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências’ (Bourdieu, 1989, p. 9).

Apoiado por estes dois conceitos Wacquant, Slater e Pereira (p.220, 2014) propõe sua concepção de estigma territorial e relata que “La estigmatización territorial no es una condición estática o un proceso neutral, sino una forma significativa y perjudicial de acción mediante la representación colectiva centrada en un lugar determinado”⁷. Tal concepção emerge a partir de suas pesquisas empíricas em bairros periféricos e segregados de grandes metrópoles, especialmente em contextos como os guetos negros dos Estados Unidos e as periferias populares da França, nos quais certos territórios passam a ser

⁷ Tradução: A estigmatização territorial não é uma condição estática ou um processo neutro, mas uma forma significativa e prejudicial de ação por meio da representação coletiva centrada em um lugar específico.”

sistematicamente representados como espaços de perigo, desordem e fracasso social (Wacquant, Slater, Pereira, 2014)

Com isso Wacquant, une duas teorias - Goffman sobre estigma e Bourdieu sobre poder simbólico - para compor o conceito de estigmatização territorial. Isso significa que certas áreas geográficas são estigmatizadas pela imposição de significados negativos pela sociedade, de um modo geral, e, especialmente, por autoridades ou instituições que têm poder simbólico.

Essas duas perspectivas teóricas não apenas se complementam, mas também são compatíveis. Bourdieu examina o fluxo das representações eficazes de autoridades simbólicas, como o Estado, a ciência, a igreja, o direito e a comunicação, e como essas representações afetam o funcionamento das instituições, práticas sociais e identidades individuais. Por outro lado, Goffman analisa os efeitos dos processos que buscam dar sentido às coisas e as técnicas de "gerenciamento de identidade prejudicada" em encontros sociais e dentro de diversas organizações. Enquanto Bourdieu aborda essas questões de cima para baixo, Goffman o faz de baixo para cima. (Wacquant, Slater, Pereira, 2014)

Essa concepção de espaço, sendo um produto sob a lógica capitalista de produção, fornece a dimensão espacial para a manifestação do estigma. Goffman irá abarcar a questão da dimensão espacial, entretanto não a aprofunda (Rizzon, 2022). Enquanto ciência geográfica, buscamos compreender como diversas interações se espacializam, interagem e modificam o espaço. Neste caso mais específico o espaço urbano, na direção de valorizar a dimensão territorial da estigmatização.

Sendo o espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas (Corrêa, p.9 2002), compreendemos a lógica da produção capitalista das cidades ligada ao estigma territorial, sendo um constituinte a estruturação destas.

As diferentes formas de apropriação desses espaços urbanos, regidas por diferentes agentes, produzem, nas cidades, diferentes padrões que, em sua forma e localização, revelam a classe e o poder de organização territorial a qual pertencem. Esse poder, por meio da condição socioeconômica dos indivíduos, segmentos e classes, valoriza o espaço consumido, produzindo e reproduzindo a segregação socioespacial (...) (Rizzon; Morcuende, p.02, 2021).

A dimensão territorial do estigma manifesta-se, portanto, na articulação entre situação geográfica, representação e prática social. A situação geográfica periférica, marcada pela distância e pela desconexão funcional em relação aos circuitos centrais da cidade, irá reforçar a construção de um imaginário urbano dicotômico, no qual centro e periferia são hierarquizados. Essa hierarquização espacial sustenta a produção de narrativas que naturalizam a desigualdade, atribuindo ao território periférico um caráter desviante ou deficitário, como se seus problemas fossem intrínsecos ao lugar e aos sujeitos que nele habitam (Rizzon, 2025).

O estigma territorial não é um conceito recente. É notável que, por séculos, uma parte da sociedade tenha sido confinada e marginalizada em espaços específicos. A representação clássica do bairro irlandês de Manchester, descrita por Friedrich Engels em *A Condição da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (publicada originalmente em 1845), serve como um testemunho histórico dessa realidade de confinamento e estigma. (Wacquant, Slater, Borges, 2014).

Entretanto, apesar de as condicionantes e, portanto, a lógica do estigma territorial ter passado por diversas modificações ao longo da história, seu conceito central de segregação e rotulação permanece inalterado.

Entretanto, mesmo que as formas de segregação tenham se alterado ao longo da história, a lógica de rotular e diferenciar certos espaços permanece a mesma. Ou seja, os processos iniciais da estigmatização — segregar e marcar determinados territórios — continuam se desenvolvendo, ainda que suas condições tenham mudado e, portanto, as formas como se expressam também podem se alterar. Wacquant, Slater e Borges (2014), entendem que a estigmatização territorial não será algo estático e imutável sobre o território. O que se modifica é a forma como os cidadãos vivenciam e internalizam essa definição do estigma territorial imposta pelo poder simbólico, influenciando profundamente suas práticas e experiências urbanas.

Este fato nos leva a adotar o conceito de geração, uma vez que a maneira como o estigma territorial é percebido, vivido e (re)produzido está profundamente relacionada às experiências históricas compartilhadas por diferentes grupos

etários. De acordo com o autor Turra Neto (2014), o conceito geração é importante para se entender mudanças no âmbito da Sociologia e o tomando para a Geografia, temos um conceito relevante para reconstituir as trajetórias de mutação do espaço urbano, trazendo assim um ponto de vista dos sujeitos que experimentaram a mudança.

A apreensão do estigma territorial pode ser aprofundada a partir de uma perspectiva geracional, desde que essa não se restrinja à faixa etária, mas considere, sobretudo, o tempo de residência e as experiências históricas vividas no território. Conforme apontado por Rizzon (2022), diferentes gerações tendem a construir percepções distintas sobre o lugar em função das condições urbanas enfrentadas ao longo do tempo, da memória coletiva e das transformações socioespaciais ocorridas.

No caso de conjuntos habitacionais, como o Núcleo Habitacional Bartholomeu Bueno de Miranda, em Presidente Prudente, a distinção entre primeiros moradores e moradores mais jovens possibilita compreender como o estigma territorial se constrói, mantém-se ou se transforma a partir da vivência direta da precariedade inicial, da conquista da moradia e das mudanças progressivas na infraestrutura e nos serviços urbanos, bem como da transmissão de memórias e narrativas entre gerações, que influenciam práticas, usos do espaço e experiências dentro e fora do bairro (Rizzon, 2022).

A partir Mannheim (1952), as gerações não se definem apenas por datas de nascimento, mas pelas experiências marcantes que jovens de uma mesma idade-classe vivenciam durante seu período formativo (Feixa e Leccardi, 2010).

Assim, as formas de sentir e interpretar o estigma territorial variam conforme os eventos e processos sociais que moldam cada geração: enquanto certos grupos incorporam esse estigma como parte estrutural de sua sociabilidade urbana, outros o ressignificam em função das discontinuidades históricas que atravessam.

Turra Neto (2012) explica que o conceito de geração não está ligado somente ao tempo, mas também à questão socioespacial. Trabalhar diferentes gerações é poder atingir, os tempos, espaços e dinâmicas espaciais de cidadãos

locais de diferentes períodos, compreendendo assim suas diversas ligações com o estigma territorial.

Dessa forma, compreender o estigma territorial implica reconhecer que sua apreensão e seus efeitos são também geracionalmente construídos, resultando de diferentes “primeiras impressões” e experiências juvenis que constituem identidades, práticas e percepções sobre os espaços estigmatizados.

Assim tomemos por análise as periferias urbanas.

Como processo e resultado da segregação socioespacial e conhecido como o local de moradia dos mais pobres, as periferias, desde sua constituição, foram afirmadas como um lugar perigoso, inseguro e violento, a partir de uma série de contextos que se relacionam à falta de assistência do Estado e segurança, reforçando tais atributos. Assim, resultado de processos combinados e intensificados pelo avanço, dentre outros fatores, do neoliberalismo, em conjunto com agentes hegemônicos e que atuam no mercado imobiliário, a periferia estabeleceu-se como um lugar, nas cidades, ao qual se associam conotações negativas, referentes aos elementos supracitados, e que possuem, até hoje, rebatimento em seus moradores. (Rizzon, p.29, 2022)

Contudo, esses territórios estigmatizados também passaram por profundas mutações e disputas conceituais ao longo do tempo (D’Andrea, 2022). Nas últimas três décadas, observa-se um movimento de contestação do estigma, no qual periferia e favela transitaram do lugar da vergonha ao lugar do orgulho; da fragilidade à potência.

Como argumenta D’Andrea (2022), essa transformação se insere em processos globais de insurgência de vozes historicamente subalternizadas, que mobilizam signos culturais, étnicos e raciais para reivindicar reconhecimento, visibilidade e afirmação territorial.

Assim, a transformação dos conteúdos do estigma territorial nas periferias deve ser compreendida como um fenômeno simultaneamente geracional, espacial e político: diferentes gerações produziram, e seguem produzindo, modos distintos de experimentar, representar e disputar o sentido desses territórios — ora reproduzindo estigmas, ora ressignificando-se e os convertendo em fontes de identidade, resistência e potência coletiva.

A discussão desenvolvida ao longo deste capítulo evidencia que a compreensão do espaço urbano exige uma abordagem integrada entre as contribuições das ciências geográficas e da sociologia, de modo a captar tanto suas determinações estruturais quanto suas dimensões simbólicas e subjetivas. A partir da leitura de autores clássicos e contemporâneos, observou-se que o espaço urbano é um produto social resultante da ação de múltiplos agentes, orientados por interesses econômicos e lógicas de reprodução do capital. Essa dinâmica funda processos essenciais, como a diferenciação e a segregação socioespaciais, que moldam a forma e o conteúdo da cidade capitalista.

No entanto, compreender apenas as dimensões materiais do espaço urbano não é suficiente para captar a complexidade das experiências que nele se desenrolam. Por isso, avançamos para a discussão do estigma e do poder simbólico, conceitos fundamentais para interpretar como certas áreas urbanas são marcadas por representações depreciativas que condicionam práticas, expectativas e trajetórias sociais. O estigma territorial, conforme proposto por Wacquant, mostra-se uma categoria central para compreender como determinados territórios — especialmente as periferias — se tornam alvo de rotulações que operam tanto na organização do espaço quanto na vida cotidiana dos sujeitos que o habitam.

Ao articular o estigma territorial ao conceito de geração, ampliamos essa leitura para incluir as mediações históricas que moldam as formas pelas quais diferentes grupos etários experimentam e interpretam o território. As gerações, são constituídas pelas experiências marcantes compartilhadas em períodos específicos, permitindo compreender as continuidades e rupturas que atravessam as percepções e vivências urbanas. Dessa forma, o estigma territorial não apenas se reinscreve na materialidade da cidade, mas também se transforma conforme as gerações reinterpretam seus significados, seja reproduzindo antigas narrativas de desqualificação, seja elaborando novas formas de pertencimento, identidade e resistência.

As periferias urbanas, nesse contexto, constituem espaços onde esses processos se tornam mais evidentes. Historicamente associadas à pobreza, ao perigo e à precariedade, elas também são espaços de profundas mutações simbólicas e políticas nas últimas décadas, que contestam e ressignificam

estigmas, produzindo novas linguagens, expressões culturais e configurações de sociabilidade. Assim, o diálogo entre produção do espaço, segregação, estigma e gerações possibilita compreender as periferias não apenas como espaços da ausência ou do déficit, mas como territórios vivos, em constante disputa, nos quais diferentes grupos constroem significados e práticas que reconfiguram o urbano.

3. PRESIDENTE PRUDENTE E O CONJUNTO HABITACIONAL EM ESTUDO

A cidade de Presidente Prudente – SP, localizada na região oeste do estado de São Paulo, emerge como um cenário rico para a análise da produção do espaço urbano e de dinâmicas espaciais, tendo em vista a amplitude e o ritmo das mudanças no decorrer do tempo.

Sua história revela intensos processos de transformação, resultantes de fatores espaciais, econômicos, políticos e sociais que moldaram seu papel como capital regional e cidade média de grande influência no interior paulista.

3.1 ENTRE A FERROVIA E A BOCA DE SERTÃO: A ORIGEM DE PRESIDENTE PRUDENTE

O desenvolvimento do núcleo urbano de Presidente Prudente e de outras cidades deu-se a partir da estrada de Ferro Sorocabana. De acordo com Daltozo (2007).

Se existisse uma certidão de nascimento para Presidente Prudente e demais cidades da nossa região, nesse documento certamente constaria como mãe a ferrovia e como pai o café. Foi exatamente por causa desse binômio, café-ferrovia que elas surgiram e prosperaram. (Daltozo, 2007, p.28)

De acordo com Daltozo (2007), as demais estações da Alta Sorocabana foram instaladas como parte de um projeto de colonização planejada para o Oeste Paulista. Diferentemente de ferrovias construídas para atender regiões já consolidadas, a Alta Sorocabana teve como principal objetivo viabilizar a ocupação e a venda de terras. Os colonizadores se antecipavam à chegada dos trilhos, como em Presidente Prudente e Santo Anastácio, realizando o loteamento exatamente em função da implantação futura da ferrovia, pois ela representava o meio de transporte seguro e confiável necessário para escoar a produção e garantir o desenvolvimento da região."

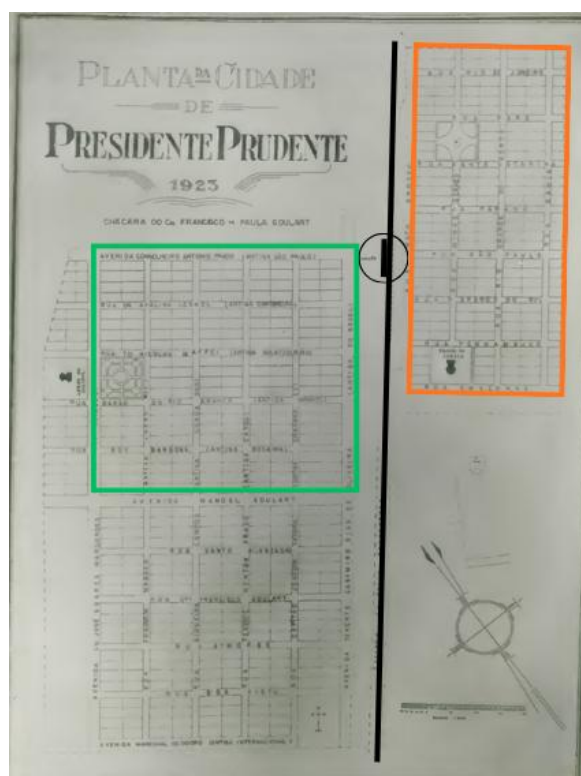
A expansão da economia cafeeira e a necessidade de escoamento da produção agrícola motivaram a criação de novos núcleos urbanos ao longo das

linhas férreas. Assim, Presidente Prudente nasceu e se desenvolveu como ponto estratégico na articulação entre o campo e a cidade, estabelecendo-se como um importante polo de comercialização e transporte de mercadorias, sobretudo para exportação, circulação de pessoas e prestação de serviços.

Não aprofundaremos, nesta monografia, as causas específicas de sua fundação, pois o objetivo, a partir daqui, é apresentar uma visão histórica e espacial da cidade, de modo a compreender os processos que configuraram o espaço urbano prudentino e contextualizar o conjunto habitacional em estudo.

A cidade de Presidente Prudente surge da implantação de dois núcleos urbanos: a Vila Goulart (1917) e a Vila Marcondes (1920). Na figura 6, podemos verificar a situação geográfica das duas vilas.

Figura 6: Planta de Presidente Prudente - 1923.



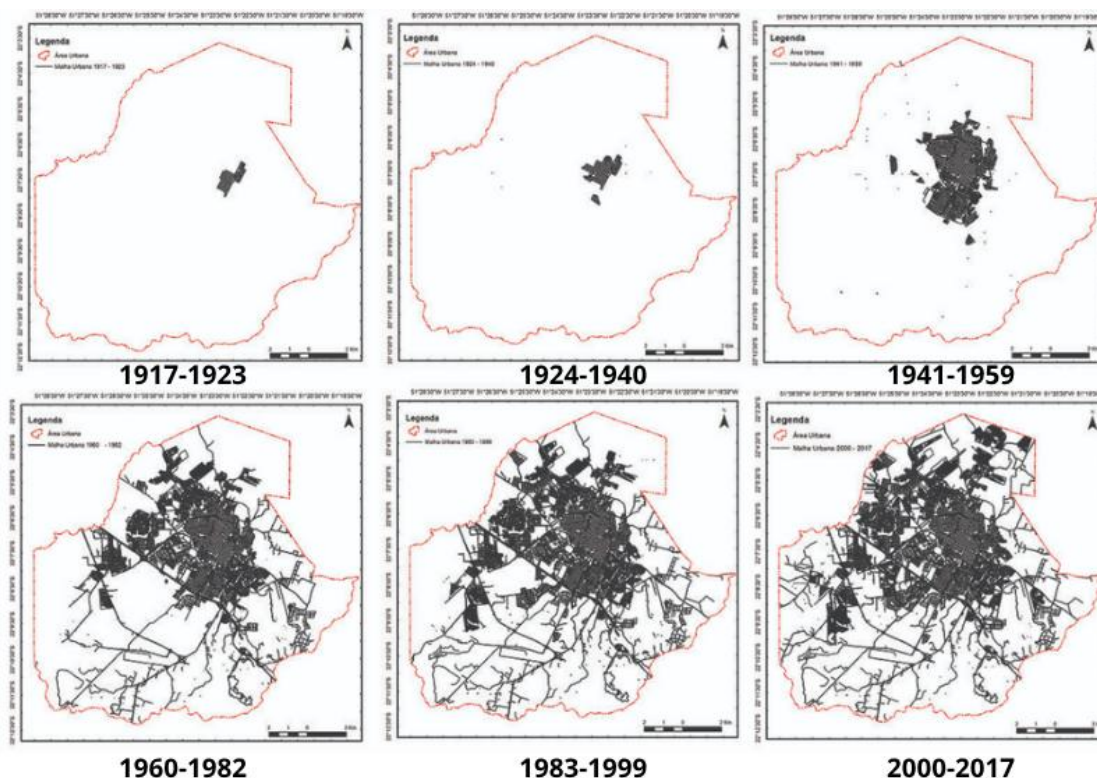
Fonte: Presidente Prudente. Vila Goulart (quadrado verde superior), Vila Marcondes (retângulo laranja). 1923 A linha em preto mostra a ferrovia e o círculo a estação. Fonte Sposito, 1983, modificado pelo autor, 2025.

De acordo com Sposito (1983 p.59), “A colonização empreendida pelos dois coronéis e a própria concorrência que entre eles existia, animava a vida dos núcleos nascentes.” Os dois núcleos originais, formadores da cidade, desempenharam o papel, inicialmente, como polos de atração de atividades e

serviços. Ao longo do tempo, com o desenvolvimento da malha urbana, essas áreas passaram por transformações, conformando centralidades e se tornando mais ou menos expressivas, conforme as dinâmicas urbanas se redefiniram.

Para uma melhor compreensão da expansão urbana da cidade de Presidente Prudente, devemos tomar por conhecimento a topografia das áreas em que estes dois núcleos se assentam. Conforme Sposito (1983), as cidades, no período em tela, tinham o seu crescimento direcionado pelas porções mais elevadas e adjacentes. Com a disposição topográfica em seu benefício, a Vila Goulart orientou a expansão territorial da cidade nas direções norte e oeste da cidade até a década de 1940.

Figura 7: Presidente Prudente, Expansão Urbana.1917 -2017



Fonte: Expansão Urbana de Presidente Prudente 1917 -2017, elaborado por Nayara Rodrigues da Silva (2017), modificado pelo autor, 2025.

Durante os anos 1950, o ritmo de crescimento diminuiu, retomando força na década de 1960 com a criação de novos loteamentos, como o Jardim Bongiovani, destinado às classes médias e altas, e bairros populares na porção leste, como Vila Aurélio e Jardim Santana. Na década de 1970, a canalização do Córrego do Veado e a implantação do Parque do Povo valorizaram áreas próximas ao fundo de vale, estimulando o adensamento e a expansão no

quadrante sudoeste (tomando como referência o centro principal), onde surgiram diversos loteamentos e o primeiro condomínio fechado da cidade, o Jardim Morumbi.

Na década de 1980, o crescimento se intensificou no sentido oeste, com a implantação dos grandes conjuntos habitacionais COHAB e CECAP, voltados à população de menor renda, mas, ao final do período, ocorreu certa retração no ritmo de expansão territorial. Já nos anos 1990, a expansão periférica se consolidou com o Conjunto Habitacional Ana Jacinta, localizado na zona sudoeste, bem distante do tecido urbano já ocupado, marcando a segregação socioespacial característica da urbanização prudentina, em que o poder econômico, barreiras materiais e imateriais definem o acesso e a qualidade do espaço urbano (Pereira, 2002).

O destaque do crescimento e do desenvolvimento de Presidente Prudente foi um dos fatores para a importância da cidade, sendo reconhecida como 10ª região administrativa do estado de São Paulo (1970).

Portanto, num intervalo de tempo curto, Presidente Prudente (o município havia tomado o nome da estação da estrada de ferro) conquistara um nível de autonomia político-administrativa impar na região, efetivando-se como a mais importante da área. Estas conquistas manifestaram-se rapidamente transformando e ampliando Papel desempenhado por Presidente Prudente[...] (Sposito, 1983, p.60).

Conforme Sposito (1983), Presidente Prudente, em especial, destaca-se como a cidade que mais recebe benefícios, tornando-se destino de moradia tanto dos grandes proprietários quanto dos pequenos agricultores que vendem suas terras. Por concentrar o melhor aparato comercial e de serviços da região, a cidade funciona como principal centro de consumo de bens duráveis e não duráveis, assim como de utilização de diversos serviços, sendo marcante, nesse contexto, a presença dos investimentos da burguesia rural.

A partir deste pequeno contexto histórico-espacial da cidade de Presidente Prudente, busquemos agora compreender um contexto do crescimento populacional. A demografia permite compreender como o crescimento populacional impulsionou a expansão urbana, influenciou a organização da malha urbana e determinou a demanda por políticas habitacionais e serviços urbanos.

3.2. ENTRE TIJOLOS E POLÍTICAS: A PRODUÇÃO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL EM PRESIDENTE PRUDENTE.

Ao discorrermos sobre a formação da cidade de Presidente Prudente, torna-se evidente que o crescimento urbano não pode ser dissociado das ações do poder público na tentativa de responder às demandas habitacionais de sua população. A evolução das iniciativas voltadas à habitação de interesse social em Presidente Prudente revela diferentes momentos e estratégias, marcados por mudanças nas diretrizes federais, estaduais e nas condições políticas locais.

Entretanto, não aprofundaremos todas as iniciativas ocorridas na cidade de Presidente Prudente, pois somente apresentaremos um panorama da produção habitacional de interesse social. Entre 1917 a 2010 – desde sua fundação até o ano do recorte temporal final desta pesquisa -, são 93 de anos existência – e, com isso, são diversos órgãos públicos direcionados a políticas habitacionais que ajudaram a construir a cidade de Presidente Prudente - SP.

No período de 1964 a 1986 atuaram no Município de Presidente os seguintes órgãos habitacionais: Banco Nacional de Habitação (BNH), a Companhia de Habitacional Popular de Bauru (Cohab-Bauru), Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais de São Paulo (INOCOOP), a Companhia de Desenvolvimento de São Paulo (CODESPAULO) e Companhia Prudentina de Desenvolvimento (PRUDENCO). (Baron, 2010, p. 197)

Ao partir desta citação podemos verificar, que houve uma grande produção de habitação de interesse social na cidade Prudente neste período de 1964 a 1986. O primeiro conjunto criado na cidade de Presidente Prudente, foi em 1968. Correspondia a uma área adjacente ao loteamento Jardim Bongiovani. Com 142 unidades, foi aprovado em 1962, mas só foi ocupado em 1968. O segundo conjunto foi criado na vila São Jorge, com 16 unidades financiado pelo BNH. Sendo este situado próximo a área central da cidade, mas em direção ao sul.

O terceiro foi o conjunto habitacional Núcleo Bartholomeu Bueno de Miranda em 1979, com sua inauguração ocorrendo em 1980, objeto deste trabalho de conclusão de curso, ao qual daremos um maior foco adiante.

De forma geral, esse período foi marcado por uma forte produção habitacional em diversas cidades brasileiras. O ano de 1964, que marca o início do regime militar, também representa o início de uma nova fase da política urbana nacional, com a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH). No caso da cidade de Presidente Prudente até o ano de 1986, houve a construção de 11 conjuntos (Baron, 2010). Esta intensa produção tem dois importantes fatores. Sendo eles relacionados a diferentes escalas políticas. Um primeiro constitui-se no contexto nacional, e tem relação com o período da ditadura militar brasileira.

Scatalon (2019) destaca que, segundo Bonduki (2014), as políticas habitacionais adotadas durante o regime militar tinham como objetivos conquistar apoio das camadas populares e organizar o setor da construção civil, segundo critérios capitalistas. No entanto, o caráter econômico dessas políticas acabou se sobrepondo à intenção de obter apoio político das populações mais pobres.

O segundo fator é atinente à dinâmica local de Presidente Prudente. Segundo estudos sobre a política habitacional em Presidente Prudente/SP, o processo de implementação dessas políticas esteve historicamente ligado a estratégias populistas dos gestores municipais, que buscavam reforçar sua imagem de políticos atentos às demandas sociais e atrair apoio da população, especialmente das camadas mais carentes. Esse tipo de atuação encontra paralelo em modelos de governo anteriores, como o primeiro mandato de Getúlio Vargas (1930–1945), em que ações voltadas à população mais pobre reforçavam sua popularidade, rendendo-lhe o apelido de “Pai dos Pobres” (Silgueiro dos Santos, 2016).

A partir dessa breve compreensão sobre a produção dos conjuntos habitacionais de interesse social em Presidente Prudente – SP, é possível avançar para uma análise de caráter mais geográfico, voltada à compreensão das dinâmicas espaciais e das formas urbanas resultantes desse processo.

De acordo com a Scatalon (2019), para compreender a produção habitacional em Presidente Prudente, é preciso analisar como a terra está organizada (estrutura fundiária) e de que forma tanto a economia quanto o

Estado, como principais agentes produtores do espaço urbano, influenciaram o planejamento da cidade e a implementação das políticas de moradia.

Nessa perspectiva, é pertinente recorrer à definição de Corrêa (1995) sobre o espaço urbano, entendido como o conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si, justapostos entre si. Tais usos constituem áreas, como: o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão; áreas industriais e áreas residenciais, distintas em termos de forma e conteúdo social; áreas de lazer; e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este conjunto de usos da terra compõe a estrutura espacial da cidade, que, para o autor, está fragmentada.

A partir desta definição do espaço urbano, Corrêa (1995) discute quem são também os produtores da cidade: a) Os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; b) Os proprietários fundiários; c) Os promotores imobiliários; d) O Estado; e) Os grupos sociais excluídos.

A partir dessa apreensão sobre o contexto do espaço urbano definido por Corrêa (1995), podemos expor a situação espacial dos conjuntos habitacionais de Presidente Prudente. A escolha das áreas destinadas à implantação desses empreendimentos está, em grande medida, associada à obtenção e/ou aquisição de terrenos de menor valor, fator determinante na composição do custo final das moradias. Esse custo envolve o preço da terra, a construção das unidades, a execução de infraestrutura básica, os trâmites burocráticos e o lucro dos agentes envolvidos (Baron, 2010).

No caso de Presidente Prudente – SP, a produção da habitação de interesse social também se consolidou nas bordas urbanas, na chamada periferia. Ao abordar o conceito de periferia na cidade de Presidente Prudente, devemos ter em consideração um ponto importante. O primeiro é sobre o conceito de periferia em cidades médias.

Nesse sentido, torna-se fundamental problematizar o conceito de periferia urbana, quando aplicado às cidades médias, uma vez que sua formulação clássica esteve historicamente associada às grandes metrópoles, especialmente no contexto da urbanização acelerada de cidades como São Paulo.

Em cidades médias, como Presidente Prudente, a periferia não se expressa apenas como uma oposição espacial rígida entre centro e borda urbana, nem apresenta a mesma escala de segregação socioespacial observada nas metrópoles. Ainda assim, isso não implica em inexistência de processos periféricos, mas sim sua manifestação de forma diferenciada, orientada por outros parâmetros relativos e relacionais.

Para D'Andrea (2020), pensando a partir da metrópole de São Paulo:

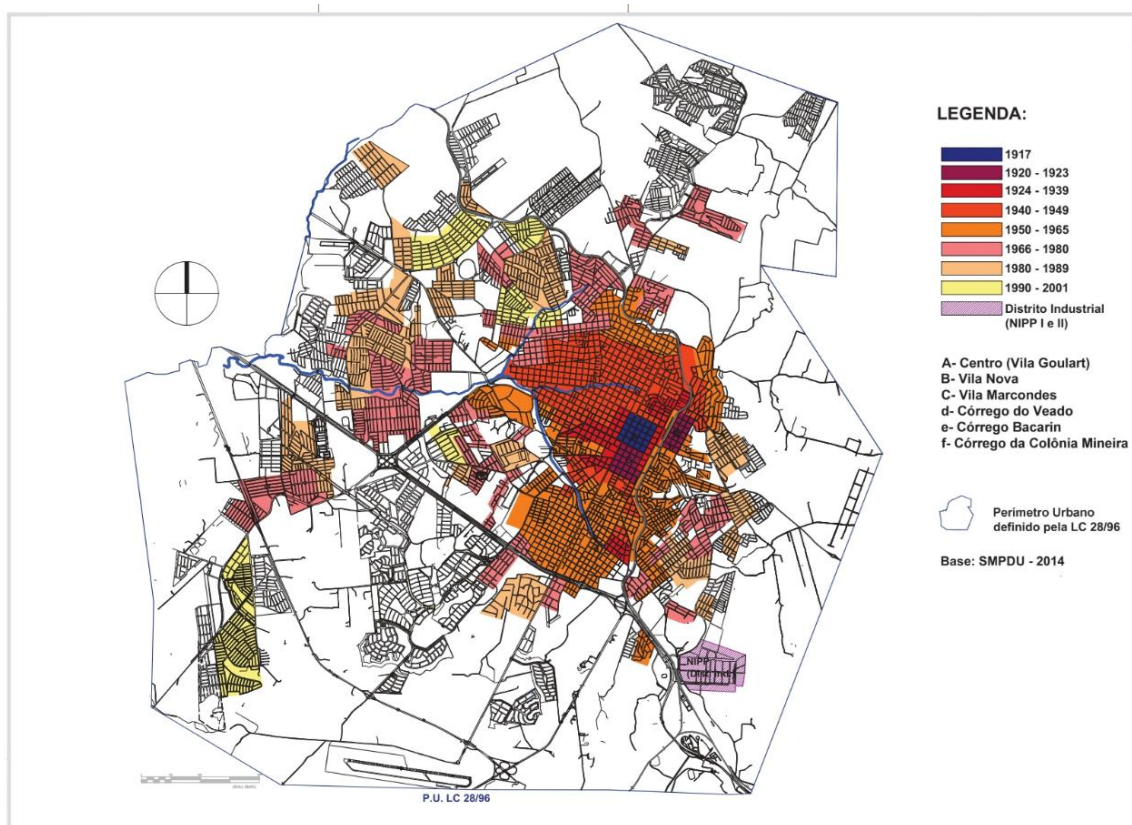
Em sua acepção urbana, o termo periferia deriva dos debates econômicos ocorridos nas décadas de 1950 e 1960 que versavam sobre a relação dos países da periferia do capitalismo com as economias centrais. Naquele momento, uma série de estudos analisou os desdobramentos dessa ordem econômica sobre as cidades latino-americanas que passavam por um processo de explosão demográfica. No caso de São Paulo, intelectuais passaram a denominar periferia um território geográfico cujas principais características eram pobreza, precariedade e distância em relação ao centro. (D'Andrea, 2020, p 20).

A periferia não, se define apenas pela distância. Outros elementos, como a morfologia do território, a acessibilidade e a presença de infraestrutura e equipamentos urbanos, também são determinantes. Áreas com topografia acidentada, presença de rios ou córregos e limitações de mobilidade tendem a ser menos valorizadas e, por isso, destinadas à habitação popular. Além disso, a ausência de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos básicos — escolas, postos de saúde, áreas de lazer e transporte coletivo — reforça a condição periférica desses bairros (Baron, 2010).

Em Presidente Prudente - SP, os conjuntos habitacionais de interesse social foram predominantemente implantados nas áreas periféricas, ou seja, nas bordas da malha urbana consolidada e distantes do centro principal, no momento da construção e primeira ocupação. Como consequência, os conjuntos habitacionais se instalaram em áreas com menor densidade urbana, muitas vezes com infraestrutura, equipamentos e serviços limitados, reproduzindo a configuração típica das periferias observada em metrópoles e cidades médias.

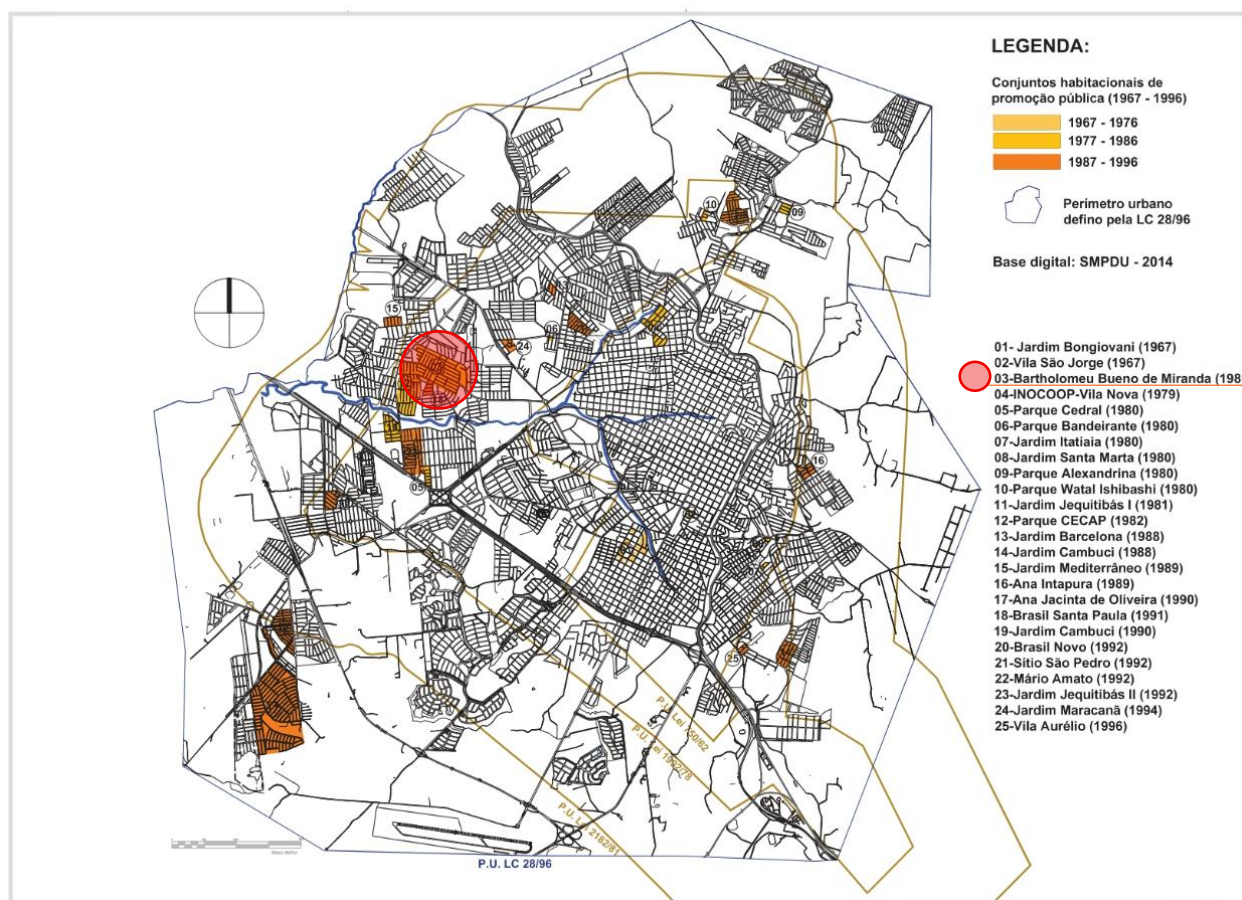
De acordo com a figura 8, podemos verificar a expansão urbana da cidade de Presidente Prudente, até o ano de 2001. Enquanto a figura 9 mostra o ano de criação dos conjuntos habitacionais da cidade.

Figura 8: Presidente Prudente. Expansão urbana. 1917- 2001



Fonte: Scatalon, 2019. Modificado pelo autor, 2025.

Figura 9: Presidente Prudente. Situação espacial dos conjuntos habitacionais. 1967-1996



Fonte: Scatalon, 2019. Modificado pelo autor, 2025.

A sobreposição dessas informações evidência que a produção desses empreendimentos esteve concentrada nas zonas periféricas. Evidenciando assim uma lógica de diferenciação e segregação socioespacial que marca a produção do espaço urbano nas cidades brasileiras. Com base nesse panorama, é possível avançar para a análise detalhada do bairro em estudo, um dos principais conjuntos habitacionais da cidade, cuja implantação e características exemplificam os processos de produção do espaço urbano discutidos até aqui.

3.3 COHAB SÓ QUEM É DE LÁ SABE O QUE ACONTECE.

O Núcleo Habitacional Bartholomeu Bueno de Miranda, conhecido popularmente como Cohab, representa um dos principais conjuntos

habitacionais de interesse social implantados em Presidente Prudente. Teve suas obras iniciais em 1979⁸ e sua inauguração aconteceu no ano seguinte.

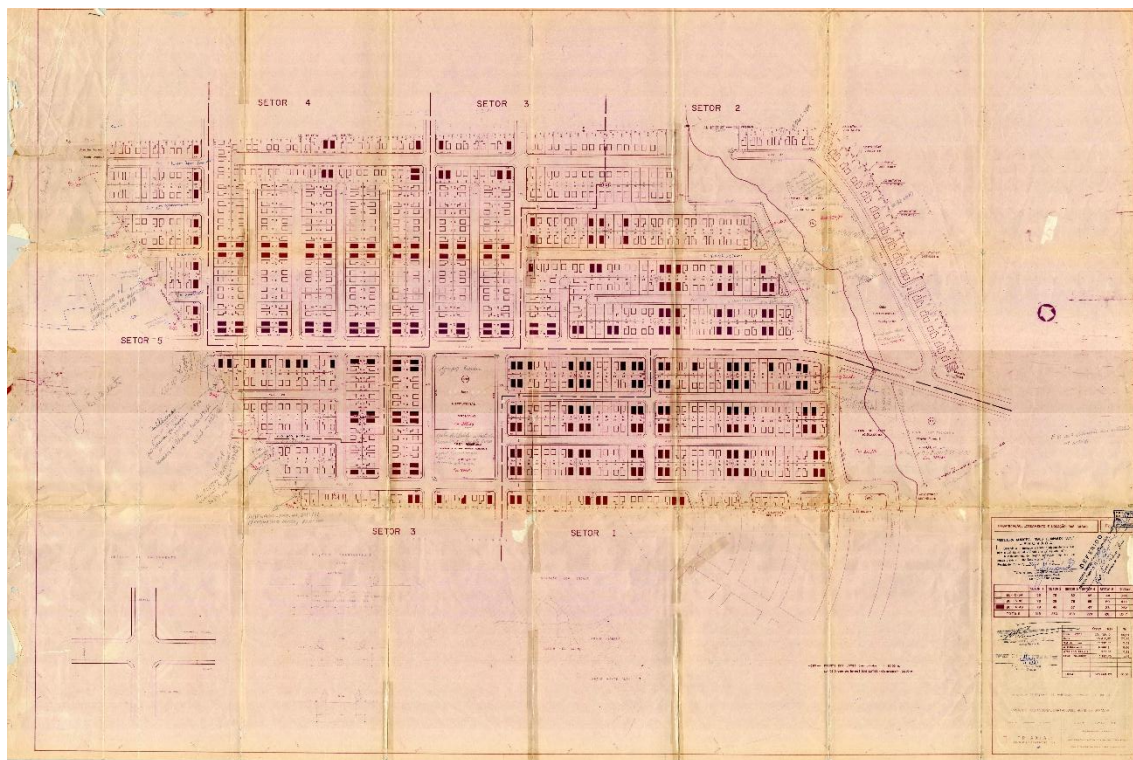
O Núcleo Bartholomeu Bueno de Miranda foi o primeiro conjunto Companhia Cohab-Bauru em Presidente Prudente. Considerado, então, o maior conjunto Habitacional da cidade com um total de 1.025 lotes e 1.017 moradias. Conforme a figura 10, podemos identificar a planta do conjunto.

De acordo com Almeida, Paz e Cortez (1987), a Companhia de Habitação Popular (Cohab) é uma subsidiária do Banco Nacional da Habitação (BNH) e, na prática, configura-se como um programa voltado à construção de moradias destinadas à população de baixa renda.

Ainda de acordo com as autoras, em Presidente Prudente havia uma expressiva carência habitacional. Embora o número de moradias próprias fosse significativo (52,05%), segundo Sposito et al. (1986), observava-se também uma elevada proporção de moradias alugadas (35,72%) e cedidas (12,22%), evidenciando a insuficiência de habitações adequadas para atender à demanda existente (Almeida, Paz e Cortez, 1987).

⁸ A solicitação para a implantação do Núcleo Habitacional Bartholomeu Bueno de Miranda foi feita pela Companhia Habitacional Popular de Bauru (Cohab) em 29 de julho de 1980, por meio do Processo nº 4080/79, sendo aprovada em 22 de dezembro do mesmo ano, durante a gestão do prefeito Paulo Constantino. O processo, contudo, teve início em 1978, conforme a Certidão de Aprovação nº 089/78, e contou com parecer favorável de diversos órgãos, entre eles a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), que em 8 de setembro de 1980 concedeu a licença de instalação do loteamento (Baron, 2010).

Figura 10: Presidente Prudente. Planta do Conjunto Habitacional Núcleo Bartholomeu Bueno de Miranda 1980



Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 2025.

A construção de conjuntos Habitacionais em Presidente Prudente, a partir de 1978, através da implementação dos programas COHAB, CECAP, PROFILURB, amenizaram naquele período a pressão social decorrente do aumento do preço da moradia.

Contudo a inacessibilidade de uma parcela da sociedade a este bem indispensável continua a se manifestar (Almeida, Paz e Cortez, p.9, 1987).

Houve um total de 2.690 famílias inscritas no programa. Destas, apenas 2.071 apresentavam condições de assumir o financiamento, uma vez que era exigida uma renda mínima de Cr\$ 4.491,00. Esse critério evidenciava a limitação do acesso à moradia mesmo entre as famílias de baixa renda, público prioritário das políticas habitacionais da época.

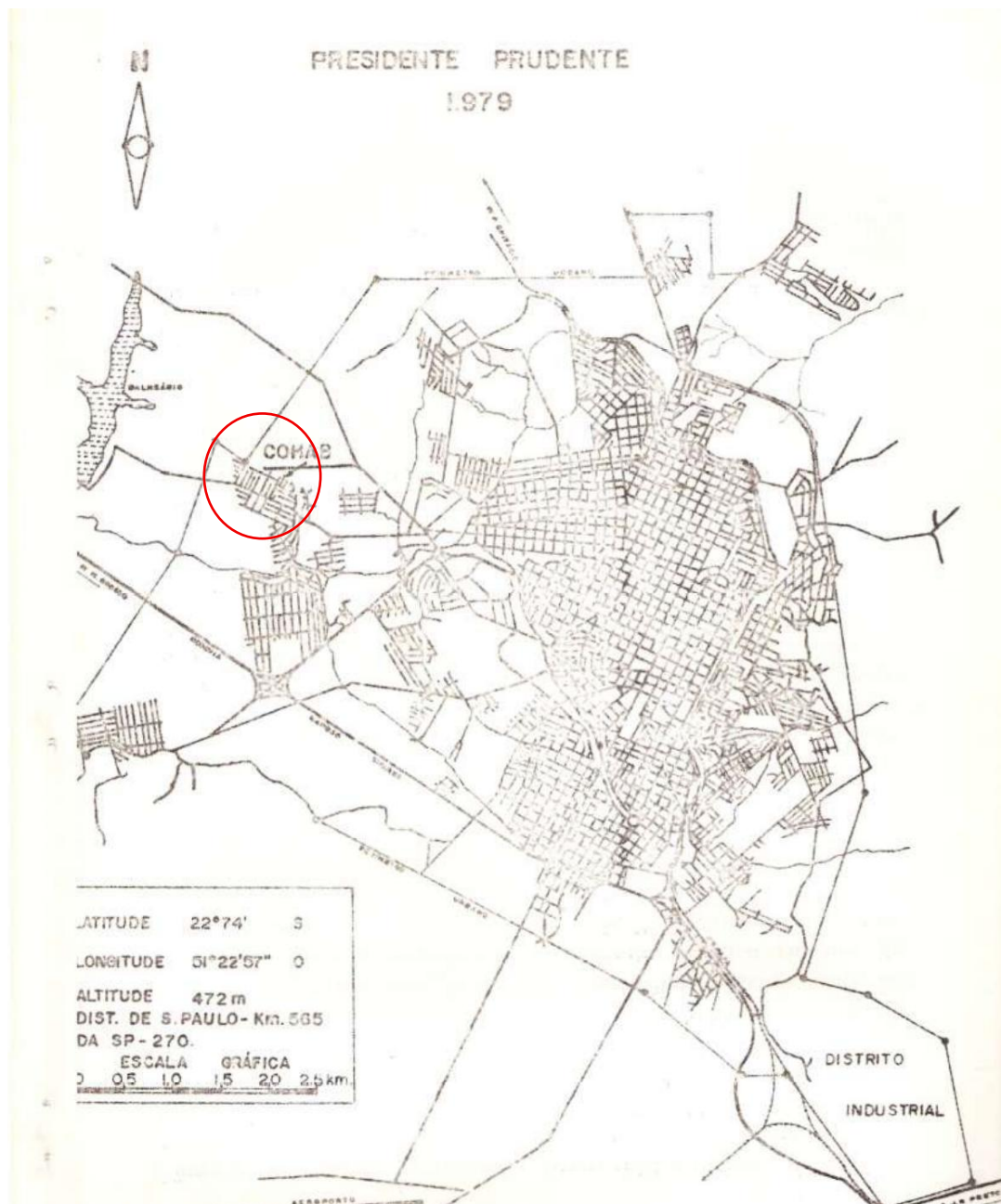
Situada na porção oeste do município, a Cohab foi implantada em uma área então periférica, marcada pela baixa densidade urbana e pela carência de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos. Sua situação espacial evidencia a tendência de expansão urbana de Presidente Prudente em direção à zona oeste da cidade.

Conforme a Figura 11, retirada do trabalho de Assari e Ussami (1980), é possível observar dois aspectos principais: o primeiro refere-se à implantação do conjunto nas extremidades da cidade à época de sua construção, e o segundo à presença de extensos vazios urbanos entre o conjunto habitacional e a malha urbana consolidada.

De acordo com o Trabalho de Assuri e Ussumi (1980) as características socioeconômicas de seus moradores referiam-se a atividades ocupacionais dos setores secundários e terciários⁹. Destacam-se principalmente as ocupações nas indústrias de transformação e na construção civil, bem como nos setores de transportes e comunicações. Entre os exemplos de atividades desempenhadas, encontram-se motoristas, pedreiros, encanadores, carpinteiros, eletricitas e pintores (Assuri e Ussumi, 1980).

⁹ A pesquisa focou em uma amostra de 17% do total de 1.017 residências do núcleo.

Figura 11: Área urbana de Presidente Prudente e a Cohab, 1979.



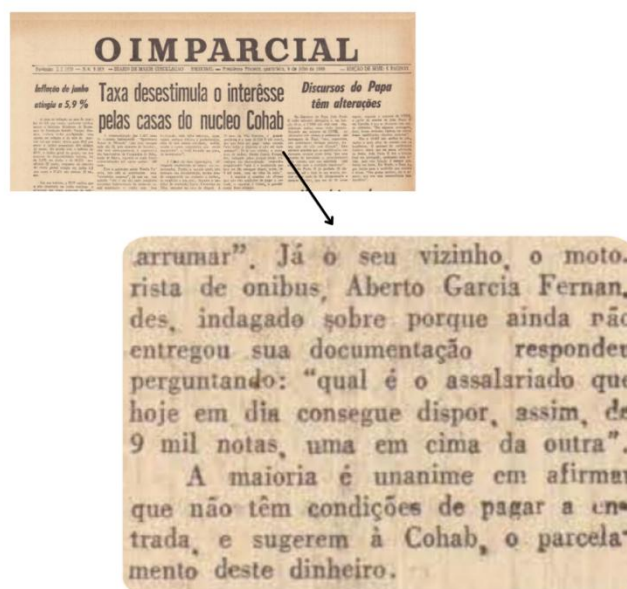
Fonte: Relatório de pesquisa Assari e Ussami (1980), modificado pelo autor, 2025

A partir dos dados socioeconômicos levantados por Assari e Ussami é possível compreender por que a ocupação inicial do Núcleo Habitacional Bartholomeu Bueno de Miranda ter enfrentado uma adesão limitada, conforme evidenciado pela pesquisa hemerográfica, figura 12. O principal fator para essa baixa adesão foi a exigência de uma elevada entrada inicial e a comprovação de renda mínima para a aquisição das moradias, restrições que dificultaram o

acesso de parcelas significativas da população de baixa renda, público prioritário dos programas habitacionais da época.

Tais restrições dificultaram o acesso de parcelas significativas da população de baixa renda, o público prioritário dos programas habitacionais da época. A reportagem do jornal "O Imparcial" (1980) capturou esse problema, destacando a dificuldade que o assalariado tinha em dispor da quantia necessária para a entrada. Essa dificuldade de acesso levou à necessidade de duas convocações para que só assim a ocupação do bairro acontecesse.

Figura 12: Presidente Prudente, Reportagem do jornal "O IMPARCIAL", 1980, Taxa desestimula o interesse pelas casas do núcleo COHAB.

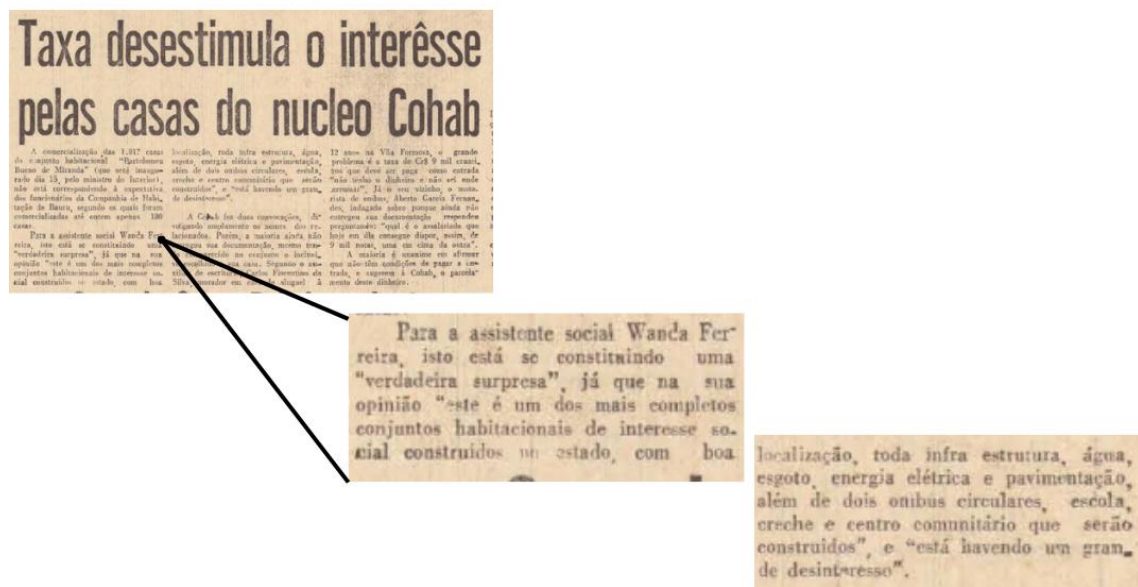


Fonte: O Imparcial, 09 de julho de 1980.

A baixa adesão inicial à aquisição de unidades no conjunto foi uma grande surpresa para a COHAB-Bauru, pois o empreendimento era apresentado, tanto pela Companhia quanto pelo jornal *O Imparcial*, como um dos mais completos e modernos conjuntos habitacionais de interesse social do estado de São Paulo. Nas matérias que antecederam a inauguração, o periódico enfatizava reiteradamente a qualidade da infraestrutura instalada — água encanada, rede de esgoto, energia elétrica e pavimentação — conforme podemos ver a reportagem na figura 13. Além de destacar o porte do empreendimento, o número expressivo de moradias e sua importância para o desenvolvimento urbano de Presidente Prudente, essa narrativa exaltava o conjunto, capaz de

simbolizar progresso, modernização e eficiência da política habitacional, reforçando uma imagem positiva e otimista do projeto.

Figura 13: Presidente Prudente, Reportagem do jornal “O IMPARCIAL”, 1980, Taxa desestimula o interesse pelas casas do núcleo COHAB.



Fonte: O Imparcial, 09 de julho de 1980.

Diante disso, evidencia-se uma contradição nas matérias publicadas pelo jornal *O Imparcial*. Embora o periódico tenha inicialmente destacado aspectos positivos por ocasião da inauguração, em momentos posteriores veiculou diversas reportagens que denunciavam problemas de infraestrutura, mostrado na figura 14.

Essa mudança de enfoque revela não apenas o descompasso entre o discurso inicial e a realidade cotidiana, mas também o modo como a imprensa local pode atuar na construção e reconstrução das narrativas sobre determinados espaços urbanos. Essa oscilação discursiva está relacionada a interesses políticos, ao alinhamento editorial do jornal ou às relações entre o periódico e o poder público da qual discutiremos mais adiante.

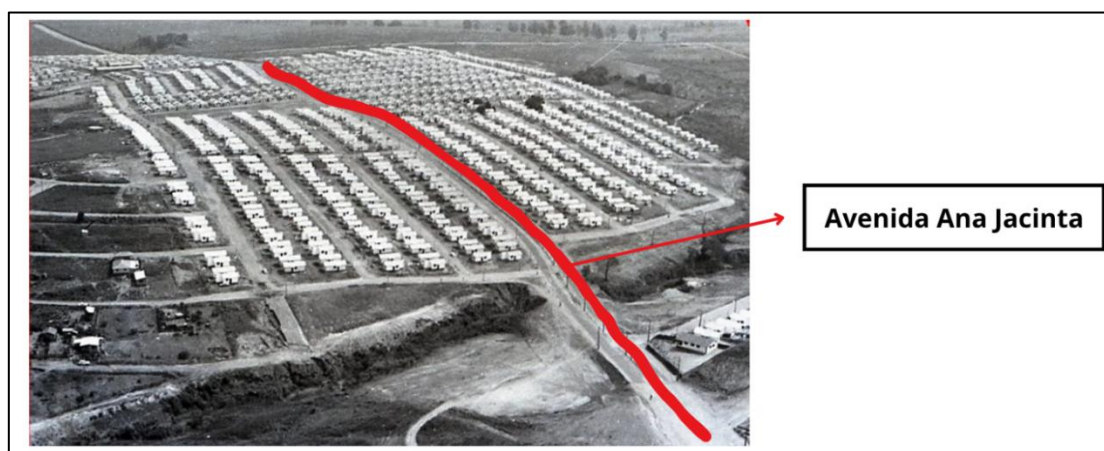
Figura 14: Reportagem “O IMPARCIAL”, 1980, As chuvas poderão causar erosão no conjunto Cohab



Fonte: O Imparcial, 13 de agosto de 1980.

A Cohab foi inaugurada no dia 15 de julho de 1980, com a presença do Ministro do Interior, Mario Andreazza e pelos presidentes e diretores do BNH. A área total abrangida pelo conjunto foi de 376.940,23 m². A figura 15 mostra um panorama do conjunto inaugurado em 1980.

Figura 15: Vista da Cohab 1980.



Fonte: Retirado da internet, 2018. Modificado pelo autor, 2025.

A Cohab era composta de 1.017 unidades habitacionais. De acordo com as informações hemerográficas e os estudos de Almeida, Paz e Cortez (1987), o conjunto apresentava três tipologias de moradia, com áreas de 34 m², 42 m² e 49 m².

Segundo as reportagens do jornal *O Imparcial* (1979–1983), cerca de cinco mil pessoas passariam a ocupar o conjunto. Entretanto, nos primeiros anos de sua implantação, a Cohab não dispunha de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos básicos, nem de comércio local. O bairro estruturava-se em torno de uma via principal, a Avenida Ana Jacinta, que por muito tempo foi o único acesso à área.

Como destacam Almeida, Paz e Cortez (1987, p. 25), “no início o conjunto não oferecia nenhum serviço urbano”. Essa observação também aparece nas reportagens publicadas em *O Imparcial* entre 1980 e 1983, que evidenciam a ausência de infraestrutura urbana, de serviços e de estabelecimentos comerciais nos primeiros anos de ocupação do conjunto habitacional.

Entretanto no decorrer dos anos, houve uma grande evolução, tanto no contexto urbano de Presidente Prudente¹⁰, quanto ao conjunto habitacional Cohab. De acordo com Silgueiro do Santos (p. 88 ,2016):

O grande número de famílias movidas para o então conjunto habitacional instalado (1.017 famílias) iria, com o tempo, suscitar a necessidade de equipamentos que permitissem o acesso a serviços e também ao comércio, já que o bairro localiza-se longe do centro principal da cidade.

Em função da distância do centro e do número de moradores, no Conjunto Habitacional Bartholomeu Bueno de Miranda (Cohab) configurou-se um subcentro urbano, dotado de estabelecimentos comerciais e de serviços que representam uma oferta relativamente especializada de opções, indo além do simples comércio de vizinhança. Essa especialização manifesta-se tanto na oferta de serviços essenciais — como atendimentos médicos, lotéricas, escolas e agências bancárias públicas e privadas —, quanto na diversificação de

¹⁰ Com o crescimento contínuo das cidades, áreas que há trinta ou quarenta anos eram consideradas periferias extremas passaram a ocupar uma posição mais central no espaço urbano. Essa centralidade, contudo, é apenas geométrica: estar no meio do mapa não significa, necessariamente, desfrutar das condições típicas de um centro urbano consolidado. (Richmond, Jesus, Legroux, 2025)

atividades comerciais, que incluem cabeleireiros, mercados, açougues, lojas de peças para bicicletas, entre outros (Salgueiro Santos, 2016). Este subcentro atende não apenas o bairro em si, mas também grande parte da zona oeste da cidade.

Entretanto, essa evolução funcional e a conformação de uma subcentralidade na cidade não significam a superação das marcas da origem. Embora o conjunto Bartholomeu Bueno de Miranda tenha se transformado em um polo de serviços, ele ainda carrega as marcas de um estigma territorial produzido pela mídia e reproduzido pela sociedade.

4. PERCEPÇÕES E REPRESENTAÇÕES DO ESTIGMA TERRITORIAL

4.1 REPRESENTAÇÕES EXTERNAS: MÍDIA, CIDADE E SOCIEDADE

O que é a notícia? Primeiramente, devemos compreender o seu significado, valorizando ao que associamos em nosso consciente a esta palavra. Notícia é definida nos dicionários como relato ou informação sobre um acontecimento, um fato real ou novas mudanças; informação. A notícia tem em si sua função de informar, sendo está a matéria-prima do jornalismo (Carvalho, 2024 *Apud* de Erbolato, 2006; Beltrão, 2020). Contudo estas informações e acontecimentos só virão a ser notícia, quando ocorre um tratamento jornalístico, cuja finalidade é conceber o reflexo da sociedade (Carvalho, 2024).

Entretanto, é importante indagar se seria o jornalismo, um meio de comunicação livre da intencionalidade, possuindo assim neutralidade? A partir deste questionamento devemos pensar que a imprensa, majoritariamente é constituída por empresas capitalistas e privadas, que tem em sua essência a obtenção de lucros. Conforme Carvalho (2024), o jornalismo é estruturado em uma rede de relações que apontam a sua parcialidade. Essa rede de relações, que molda o jornalismo, inclui tanto os leitores (individuais ou assinantes), bem como outros anunciantes com interesses políticos, econômicos e culturais, cujo papel está no orçamento da empresa quanto nas definições editoriais (Carvalho, 2024).

Desta maneira podemos compreender que a pratica jornalística orientada por uma série de fatores:

De forma análoga, a prática jornalística opera como um jogo, cujas regras regulam e tangenciam o olhar dos jornalistas sobre os acontecimentos, num processo subjetivo de escolhas (Que fato noticiar? Quem entrevistar? Que detalhes contar?), mesmo que os profissionais assim não reconheçam. Não existe ato desinteressado. Dessa forma, os jornalistas estão imersos num conjunto de tensões cotidianas, as quais, para eles, podem parecer naturais e comuns (*o habitus*), resultado do conjunto de tensões existentes dentro das redações jornalísticas. (Carvalho, 2024, p.42)

A partir disso, temos conhecimento de que a notícia, para além do ato de informar tem na sua apresentação física (seja no jornal impresso ou digital) uma

certa influência de interesses por trás da comunicação que realiza, seja ela intencional ou não, os quais podem ser observados tanto por meio do título da notícia, quanto pela posição que ocupa na diagramação do jornal no qual ela aparece. De modo geral, espera-se que o jornalismo cumpra determinadas funções sociais, entretanto, essas finalidades são continuamente moldadas e reorientadas pelos diferentes agentes que participam do processo de produção da notícia, como repórteres, editores, diretores e até anunciantes (Carvalho, 2024).

Se considerarmos que as práticas midiáticas são permeadas por intencionalidades e por um conjunto de escolhas que orientam aquilo que se torna visível para o público, a análise das notícias veiculadas pelo jornal *O Imparcial* possibilita identificar como certos sentidos sobre a Cohab foram produzidos e reiterados ao longo do tempo. Nosso interesse, aqui, é relacionar esse conteúdo jornalístico ao processo de construção do estigma territorial, tomando como referência o conceito de poder simbólico em Bourdieu (1989), que nos auxilia a compreender a dimensão subjetiva que estrutura tais representações.

É importante reconhecer que o estigma territorial associado a um conjunto habitacional muitas vezes antecede sua própria materialidade. Antes mesmo da implantação e construção do conjunto habitacional que geraria o bairro, já circulavam expectativas, classificações e julgamentos que moldariam a forma como o espaço seria percebido. Nesse sentido, a mídia, ao atuar como mediadora da realidade social, participa direta e indiretamente da produção desses significados, contribuindo para consolidar determinadas imagens sobre o território.

O estigma pode ser compreendido como uma marca simbólica — uma cicatriz social — que afeta a maneira como um grupo ou um lugar é percebido coletivamente. Como aponta Goffman (1988), trata-se de um processo que atribui valor depreciativo a pessoas, práticas ou espaços, ainda que tal marca não possua materialidade visível. Assim, o estigma territorial manifesta-se de diferentes formas. No caso da Cohab pode-se analisar que foi fundamentalmente na esfera simbólica: ele é construído nos olhares externos, nas narrativas que

circularam através do jornal e nos sentidos que são atribuídos ao conjunto habitacional por aqueles que não pertencem a ele.

Um dos jeitos de tornar pensamentos e interesses particulares – que dizem respeito a uma determinada forma de organização social – em pensamentos e interesses universais é dissociando os pensamentos de suas bases materiais. Tal dissociação serve para encobrir as verdadeiras intenções dos dominadores, e, ao subtrair as discussões relacionadas às bases sociais materiais do pensamento, acaba por contribuir com o fortalecimento de uma espécie de subjetivismo que ainda se faz presente. (Rodrigues dos Santos, p.30, 2022).

No caso da Cohab de Presidente Prudente, esse mecanismo de transformar interesses particulares em verdades aparentemente universais opera de forma bastante evidente. Quando a mídia e outros agentes sociais divulgam representações negativas sobre o bairro sem revelar os contextos econômicos e políticos que produziram aquelas condições (como a ausência histórica de investimentos públicos, políticas habitacionais precárias, localização periférica imposta pelo poder público, desigualdades socioespaciais etc.), eles acabam dissociando o problema de suas origens sociais.

De acordo com Silgueiro dos Santos (2016) em Presidente Prudente - SP, a política habitacional sempre foi caracterizada por um viés populista. A atenção à produção de moradias foi um instrumento eleitoral constante, utilizado pelos prefeitos para garantir um alto número de votos e apoio popular. Essa gestão, orientada pela busca por capital político, caminhou lado a lado com o poder do capital imobiliário em determinar a expansão e as áreas de construção urbana.

Na figura 16, podemos encontrar elementos que asseveram essa fala de Silgueiro dos Santos (2016).

Figura 16: Reportagem *O Imparcial* 20 de maio de 1979

Fonte: Acervo de jornal FCT-UNESP PRESIDENTE PRUDENTE, 2025.

Observa-se, ainda, que a produção jornalística frequentemente opera orientada por determinados propósitos, beneficiando interesses específicos. No caso dessa reportagem, observa-se que o discurso construído pelo jornal tende a favorecer a imagem do chefe do Executivo municipal, apresentando a benfeitoria como uma ação central de sua gestão. É possível identificar, nas reportagens disponíveis, uma clara valorização e exaltação das benfeitorias associadas ao período de implantação do conjunto habitacional em estudo.

Figura 17: Reportagem *O Imparcial* 13 de maio de 1979.

Fonte: Acervo de jornal FCT-UNESP PRESIDENTE PRUDENTE, 2025.

Figura 18: Reportagem *O Imparcial* 15 de julho de 1980.



Fonte: Acervo de jornal FCT-UNESP PRESIDENTE PRUDENTE, 2025.

Após o período marcado pelo que podemos compreender como um uso político das obras e benfeitorias até a inauguração do conjunto, as matérias passam a revelar uma nova visão em relação ao bairro.

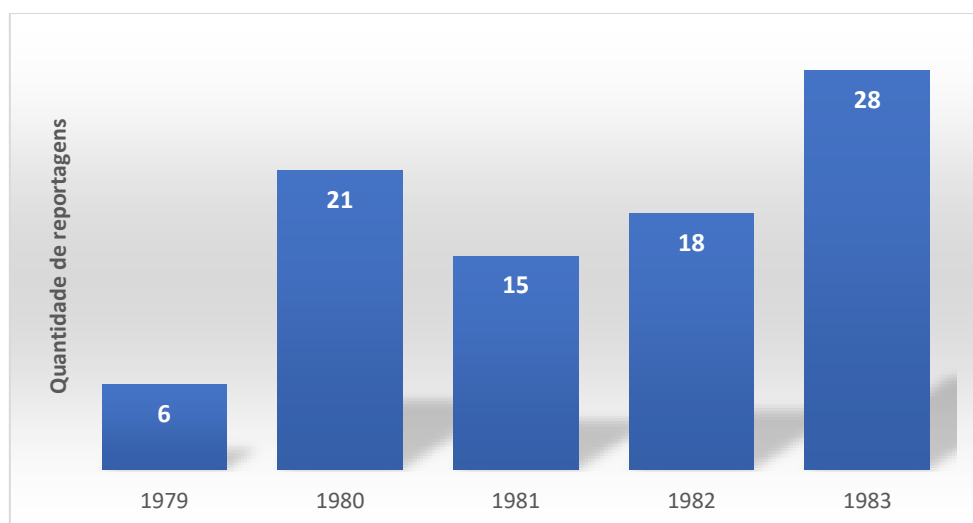
Figura 19: Reportagem *O Imparcial* 24 de julho de 1980.



Fonte: Acervo de jornal FCT-UNESP PRESIDENTE PRUDENTE, 2025.

Ao analisar as matérias jornalísticas produzidas entre 1979 e 1983, 2observa-se um número expressivo de reportagens dedicadas à Cohab. Conforme o gráfico 1.

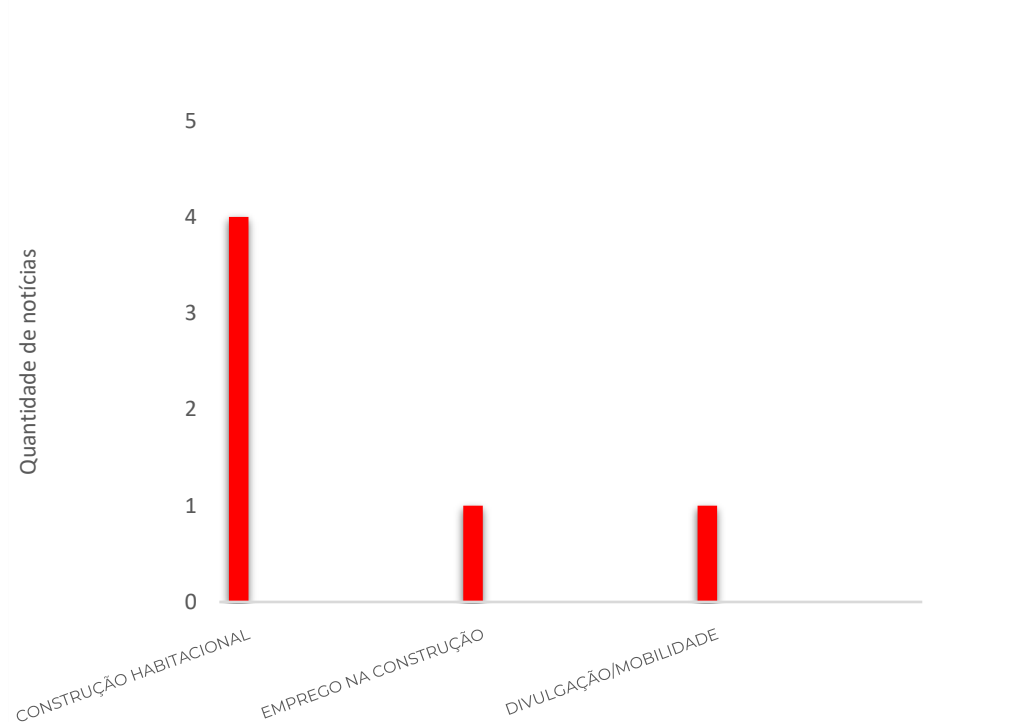
Gráfico 1: Frequência anual de matérias jornalísticas com menção à COHAB 1979 -1983



Fonte: Acervo de jornal FCT-UNESP PRESIDENTE PRUDENTE, elaborado pelo autor, 2025

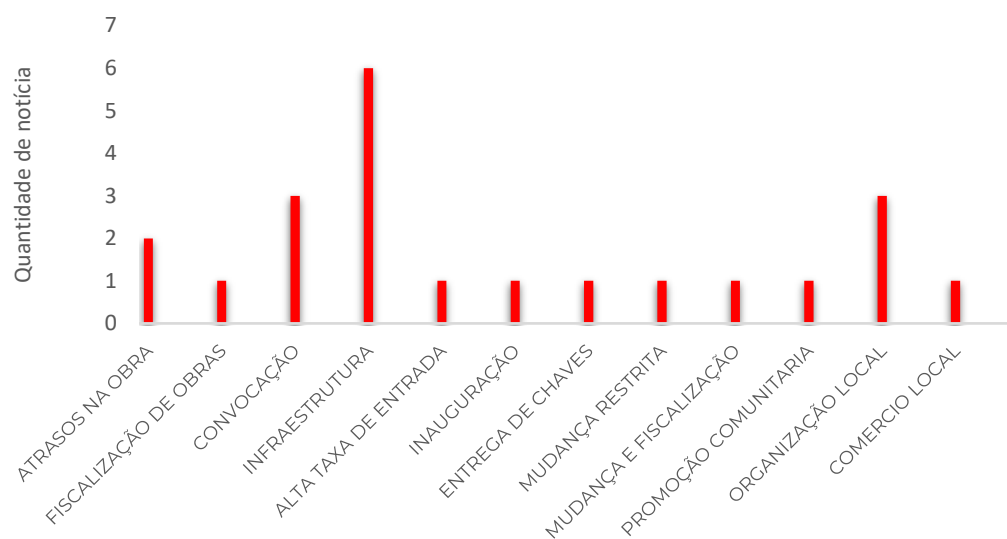
A análise temática das matérias jornalísticas publicadas entre 1979 e 1983, sistematizada nos **Gráficos 2 a 6**, permite aprofundar a compreensão sobre os sentidos atribuídos ao conjunto habitacional pela imprensa local.

Gráfico 2: Levantamento Temático de Reportagens sobre a COHAB – 1979



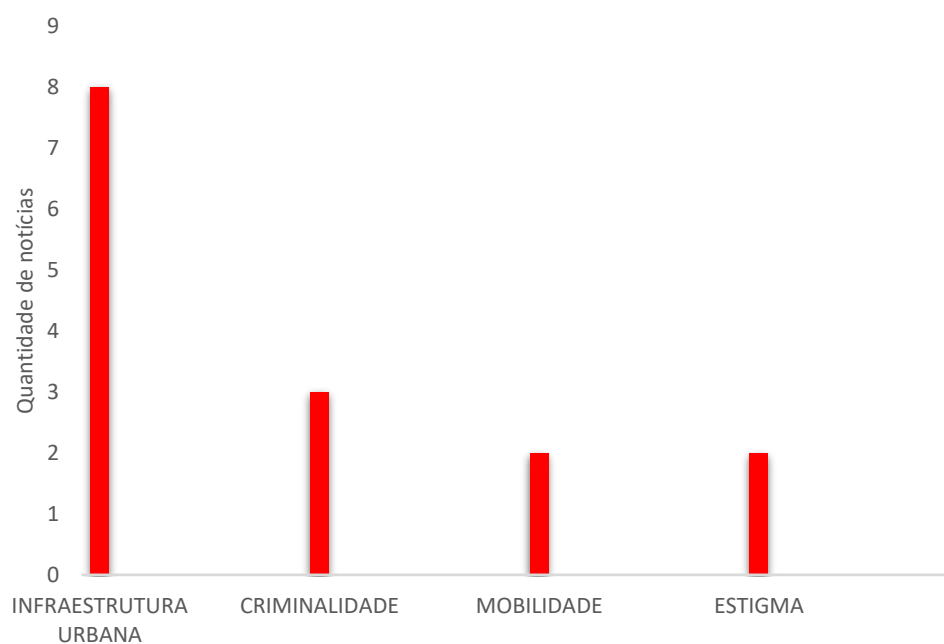
Fonte: Acervo de jornal FCT-UNESP PRESIDENTE PRUDENTE, elaborado pelo autor, 2025

Gráfico 3: Levantamento temático de Reportagens sobre a COHAB - 1980



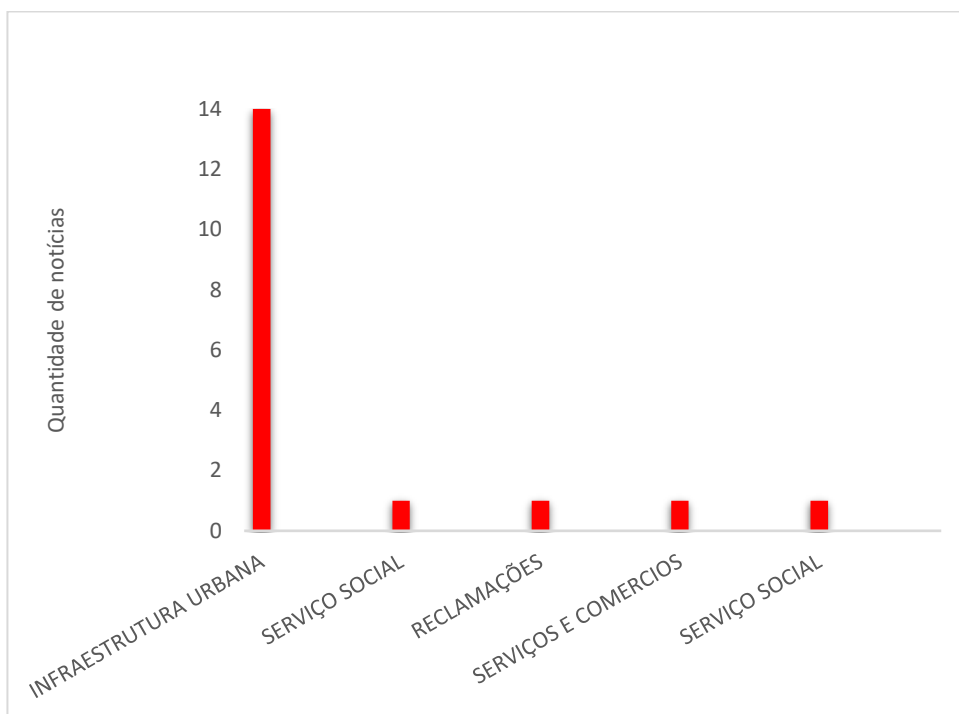
Fonte: Acervo de jornal FCT-UNESP PRESIDENTE PRUDENTE, elaborado pelo autor, 2025

Gráfico 4: Levantamento Temático de Reportagens sobre a COHAB - 1981



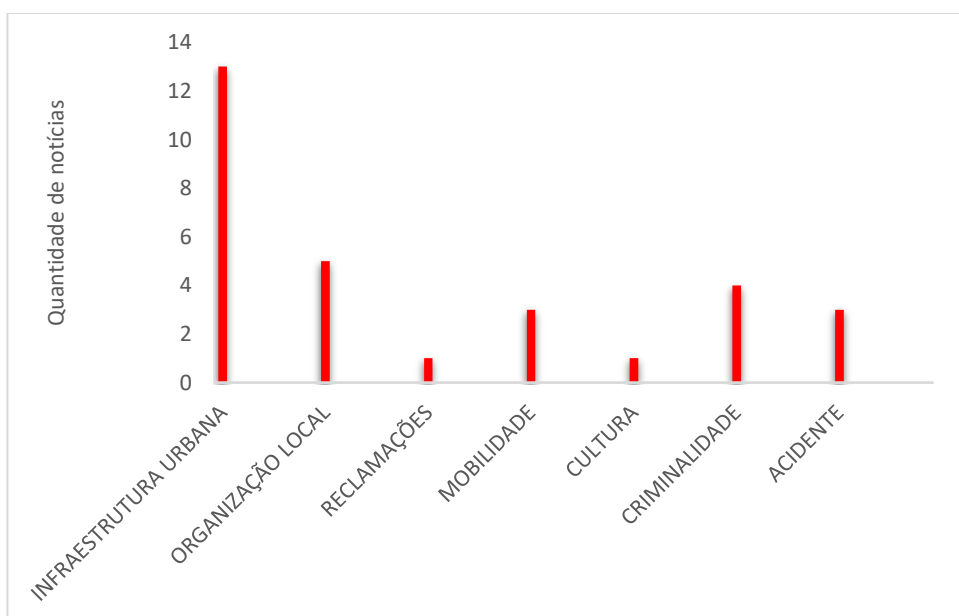
Fonte: Acervo de jornal FCT-UNESP PRESIDENTE PRUDENTE, elaborado pelo autor, 2025

Gráfico 5: Levantamento Temático de Reportagens sobre a COHAB - 1982



Fonte: Acervo de jornal FCT-UNESP PRESIDENTE PRUDENTE, elaborado pelo autor, 2025

Gráfico 6: Levantamento temático de reportagens sobre a COHAB -1983



Fonte: Acervo de jornal FCT-UNESP PRESIDENTE PRUDENTE, elaborado pelo autor, 2025

Ao analisar as matérias jornalísticas do período em questão, observa-se que a narrativa da imprensa pode ter tido papel significativo na produção do

estigma territorial associado ao conjunto habitacional, dado o conteúdo delas. Das notícias examinadas, 41 reportagens abordavam a falta de infraestrutura urbana, enfatizando problemas como ausência de pavimentação, insuficiência de equipamentos públicos entre outros. Essa ênfase constante nas carências materiais contribuiu para a construção simbólica do bairro como espaço de “déficit” e como “problema”, associando-o a imagens de precariedade e marginalidade. Ao qual podemos ter um melhor detalhamento na figura 20.

Figura 20. Nuvem de palavras representando os temas mais recorrentes nas reportagens O *Imparcial* entre 1979 e 1983.

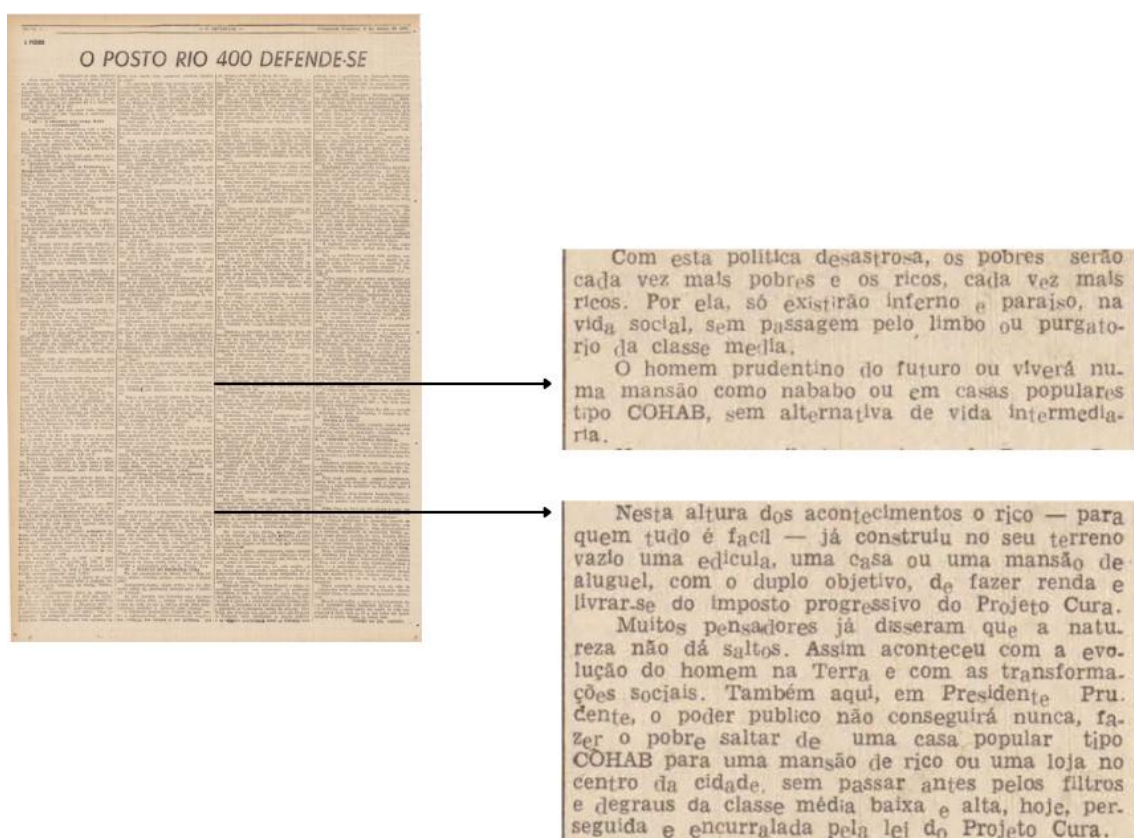


Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

Entre as matérias analisadas, duas assumem um caráter particularmente estigmatizador em relação ao conjunto habitacional. Considerando que o estigma territorial associado à Cohab opera principalmente no plano da

subjetividade — isto é, na forma como o bairro foi e é simbolicamente representado e percebido — essas duas matérias (Figuras 21 e 22) revelam como o jornal passou a construir uma imagem negativa do território em um período muito curto, surgido menos de um ano após sua inauguração. Tais textos jornalísticos evidenciam a rapidez com que classificações depreciativas foram atribuídas ao bairro, contribuindo para fixar sentidos que, posteriormente, se consolidariam no imaginário prudentino.

Figura 21: Reportagem *O Imparcial* 08 de março de 1981.



Fonte: Acervo de jornal FCT-UNESP PRESIDENTE PRUDENTE, 2025.

A matéria do "Rio 400" publicado no jornal *O Imparcial* de Presidente Prudente de 8 de março de 1981, intitulada "A PEDIDO - O POSTO RIO 400 DEFENDE-SE", refere-se a um comunicado pago (ou "a pedido") pelo Coronel Geraldo Costa, proprietário do Posto Rio 400, para se defender e dar uma explicação aos seus fregueses e à comunidade sobre a situação do estabelecimento.

A reportagem também faz referência direta à Cohab, projetando um cenário futuro no qual o “homem prudentino” viveria em mansões ou em “casas populares tipo COHAB”. Ao estabelecer essa oposição simbólica entre dois modos de habitar, o jornal produz uma hierarquização implícita dos espaços urbanos, naturalizando a Cohab como lugar de menor prestígio social. Ainda que a comparação seja apresentada em tom especulativo ou ficcional, ela opera como mecanismo de reforço de um imaginário que associa a moradia popular a uma condição inferiorizada, destinada àqueles que não alcançam o padrão idealizado de prosperidade urbana.

A segunda reportagem analisada aprofunda ainda mais o processo de estigmatização ao estabelecer uma comparação direta entre a Cohab de Presidente Prudente e a Cidade de Deus no Rio de Janeiro.

Figura 22: Reportagem *O Imparcial* 21 de março de 1981.



Fonte: Acervo de jornal FCT-UNESP PRESIDENTE PRUDENTE, 2025.

A matéria recorre a um dos territórios mais estigmatizados do imaginário urbano brasileiro para qualificar a Cohab local, mobilizando uma analogia que opera como uma forma de produção simbólica: ao associar os moradores da Cohab a um espaço nacionalmente vinculado à pobreza extrema, criminalidade e desordem, o jornal produz uma equivalência que não apenas descontextualiza a realidade local, mas também impõe ao conjunto um rótulo de marginalidade antecipada.

Ao aproximar os dois conjuntos habitacionais que possuem trajetórias urbanas, escalas territoriais e contextos socioeconômicos profundamente distintos, o jornal mobiliza um repertório simbólico nacionalmente reconhecido. Tal analogia não apenas exagera ou distorce a realidade local, como também projeta sobre a Cohab um imaginário de perigo e desordem, produzindo uma equivalência simbólica que opera no campo da subjetividade.

Além da associação simbólica entre a Cohab e um dos territórios mais estigmatizados do Brasil, a matéria jornalística também reforça outro elemento central na produção do estigma territorial: a distância. Ao afirmar que o conjunto se encontra “num ponto isolado e distante do centro da zona urbana”, o jornal mobiliza uma interpretação espacial que contribui para a naturalização da segregação socioespacial.

Essa ênfase na localização periférica não apenas descreve uma condição física do bairro, mas opera como um marcador simbólico que reforça sua posição subalterna na hierarquia urbana. A distância passa, assim, a ser traduzida como sinônimo de abandono, pobreza e perigo, transformando um dado geográfico em um operador moral que participa diretamente da materialização do estigma.

Os territórios de pobreza são produtos de um sistema, em que a espoliação coloca os trabalhadores para as margens dos lugares de consumo, obrigando-os a criar estratégias em que se aprofundam as desigualdades materiais, marcadas por situações de vulnerabilidade e precariedade. (Marcuso, p.16, 2021).

Essa produção subjetiva do estigma territorial não se encerra nas reportagens iniciais; ao contrário, ela atravessa e estrutura a produção jornalística do *O Imparcial* nos anos seguintes. As narrativas difundidas pelo periódico passaram a reiterar representações negativas, reforçando classificações simbólicas que se acumulam e se sedimentam no imaginário urbano. Trata-se de um processo gradual e contínuo, em que a repetição de certos enquadramentos — seja pela ênfase na distância, na precariedade ou na associação com territórios estigmatizados — contribuiu para consolidar a Cohab como um espaço marcado pela inferioridade e pela marginalidade.

De acordo com Carvalho (2024), sistemas simbólicos — como o discurso jornalístico — dominam porque moldam como as pessoas pensam, percebem e sentem o mundo. Eles organizam o social ao impor visões de mundo que

beneficiam os grupos dominantes, já que fazem as classes dominadas aceitarem essas visões como se fossem naturais.

Ao longo da pesquisa, foram analisados 3.980 exemplares, entre versões digitais e físicas, de um total aproximado de 11.315 edições publicadas no período considerado. Assim, o corpus documental corresponde a cerca de 35% do universo total de jornais disponíveis. Embora não abarque a totalidade dos exemplares, essa amostra expressiva permite identificar padrões recorrentes, continuidades discursivas e regularidades na forma como a Cohab foi representada pelo jornal. Desse modo, mesmo analisando apenas parte do acervo, é possível compreender a produção e a consolidação do estigma simbólico associado ao conjunto habitacional.

Embora a análise das matérias jornalísticas sobre a COHAB abarque o período de 1979 a 2010, busca-se, neste trabalho, sobretudo, apreender uma dimensão específica dos anos posteriores à sua implementação na cidade. O foco recaiu, principalmente, sobre os anos iniciais do conjunto habitacional, período em que a mídia passou a retratá-lo de forma mais recorrente, contribuindo para a construção e a perpetuação do que pode ser compreendido como o nascimento do estigma territorial associado ao bairro.

Dentre as matérias jornalísticas produzidas pelo jornal *O Imparcial*, elaborou-se uma nova nuvem de palavras para identificar os temas mais recorrentes nas que mencionam a Cohab. Tal nuvem foi composta a partir da sistematização dos títulos e conteúdo das matérias jornalísticas, com o objetivo de identificar a recorrência temática e os principais eixos discursivos da cobertura midiática. A visualização sintética desse conjunto discursivo permite observar, de maneira sistemática, quais termos, problemas e associações ganharam maior destaque no período analisado.

Figura 23: Nuvem de palavras representando os temas mais recorrentes nas reportagens *O Imparcial* entre 1979 e 2010.



Fonte: Acervo de jornal FCT-UNESP PRESIDENTE PRUDENTE, elaborado pelo autor, 2025.

Palavras como “atrasos na obra”, “entrega de chaves”, “mudança restrita” e “alta taxa de entrada” remetem ao momento inicial de implantação do conjunto habitacional, revelando que parte significativa das matérias se concentrou nas dificuldades do processo de construção, ocupação e acesso à moradia.

Já a presença de termos como “reclamações”, “fiscalização” e “organização local” evidencia a recorrência de conflitos entre moradores, poder público e agentes institucionais, frequentemente apresentados pela imprensa sob a ótica da denúncia e do problema urbano.

A predominância de termos como “infraestrutura urbana”, “criminalidade” e “mobilidade” indica que a cobertura esteve fortemente centrada nas carências materiais do bairro, nos problemas associados à circulação e ao acesso à cidade e na associação do território a questões de segurança pública. Esses termos não aparecem de maneira aleatória, mas refletem a ênfase dada pelos jornais a situações de precariedade, conflitos e déficits urbanos, que passam a definir o conjunto habitacional no espaço público do discurso midiático.

A aparição do termo “**estigma**”, ainda que com menor destaque visual, é reveladora, pois sintetiza os efeitos simbólicos produzidos pela repetição dessas narrativas ao longo do tempo. A associação reiterada do bairro a temas como criminalidade, acidentes e precariedade contribui para a construção de uma imagem pública negativa, que ultrapassa os fatos pontuais noticiados e passa a operar como representação social do território.

Essa concentração de termos não apenas evidencia a repetição de narrativas centradas na carência e na desordem, mas também demonstra como determinadas representações foram reproduzidas ao ponto de se consolidarem como uma leitura “naturalizada” da Cohab. Assim, a nuvem de palavras funciona como um instrumento analítico capaz de evidenciar a dimensão simbólica do estigma territorial, tornando visíveis as escolhas discursivas que estruturaram a forma como o bairro foi apresentado aos cidadãos de Presidente Prudente.

A análise das representações midiáticas possibilita compreender que o estigma territorial associado à Cohab é produzido e reproduzido no âmbito do território imaterial.

O território imaterial pertence ao mundo das ideias, das intencionalidades, que coordena e organiza o mundo das coisas e dos objetos: o mundo material. A importância do território imaterial está na compreensão dos diferentes tipos de território material. Nós transformamos as coisas, construímos e produzimos objetos na produção do espaço e do território. Penso o território imaterial a partir da mesma lógica do território material, como a determinação de uma relação de poder. Essa determinação deve ser compreendida como definir, significar, precisar a ideia ou pensamento, de modo a delimitar seu conteúdo e convencer os interlocutores de sua validade. (Fernandes, p. 209, 2015).

A imprensa, enquanto produtora e difusora de discursos, atua nesse território imaterial ao apresentar e, portanto, oferecer base para incorporação social e difusão de definições, enquadramentos e sentidos que estruturam a percepção da cidade. Assim, o estigma territorial sobre a Cohab estabelece-se antes mesmo de sua plena materialização física, pois se enraíza em disputas simbólicas que antecedem a implantação, construção e ocupação do próprio espaço urbano.

Dessa forma, demonstramos que a Cohab não se torna estigmatizada apenas por suas características urbanísticas ou pela ausência de infraestrutura, mas sobretudo pela atuação conjunta entre Estado, imprensa e imaginário

social, que reproduzem e reforçam desigualdades socioespaciais. A análise aqui desenvolvida revela que a estigmatização é, fundamentalmente, um processo subjetivo, sustentado por classificações simbólicas que se cristalizam nas práticas discursivas. Trata-se de um território imaterial em disputa, no qual diferentes agentes — mídia, poder público, moradores, pesquisadores — produzem sentidos que orientam a leitura e o valor atribuído ao bairro.

Entretanto, esta análise midiática evidencia a atuação de um agente precursor de um poder simbólico que molda percepções e interfere diretamente na construção social do espaço. A mídia, ao reiterar determinadas narrativas específicas, opera como instrumento capaz de legitimar determinadas visões sobre o urbano, contribuindo para a reprodução de uma lógica de produção capitalista do espaço, marcada por diferenciações, hierarquizações e processos de segregação. Compreender que o espaço, segundo Lefebvre (1995), é composto por contradições da realidade na medida em que resulta de práticas sociais e espaciais, tornando-se simultaneamente mercadoria e expressão das particularidades contextuais, é de fundamental relevância para interpretar tais dinâmicas.

Nessa mesma direção, Marcuso (2022) ressalta que os territórios marcados pela pobreza e pela vulnerabilidade não surgem de forma espontânea, tampouco são fruto de escolhas individuais. Ao contrário, são produzidos por dinâmicas estruturais que empurram determinados grupos sociais para áreas periféricas e menos valorizadas da cidade. Esse processo reforça desigualdades históricas e intensifica condições de precariedade, evidenciando como a espacialização da pobreza é resultado de lógicas de espoliação e exclusão que se materializam no território e são, muitas vezes, naturalizadas por discursos midiáticos e institucionais.

Enquanto a mídia opera no campo do território imaterial e simbólico, produzindo sentidos que circulam socialmente, os moradores experimentam esses sentidos nas práticas concretas do espaço — nas relações de vizinhança, nos deslocamentos, nas memórias formadas ao longo do tempo e na construção de vínculos afetivos com o lugar. Assim, compreender como diferentes gerações narram suas experiências e visões relativas à Cohab possibilita acessar não

apenas as marcas do estigma, mas também as estratégias de enfrentamento, resistência e pertencimento que emergem no interior do bairro.

Se, por um lado, as representações midiáticas contribuíram para cristalizar determinadas imagens sobre a Cohab no imaginário do cidadão prudentino, por outro, é no cotidiano vivido pelos moradores que essas representações são tensionadas, ressignificadas ou reforçadas. A análise do estigma territorial não pode, portanto, limitar-se ao discurso produzido de fora: é fundamental considerar como os próprios habitantes interpretam, vivenciam e respondem a essas classificações externas.

4.2 PERCEPÇÕES E NARRATIVAS DOS MORADORES

O estigma territorial embora opera na dimensão do discurso, principalmente externo, o estigma também atravessa trajetórias individuais, experiências coletivas e modos de habitar, produzindo efeitos concretos nas relações sociais e no sentimento de pertencimento. Por isso, compreender como os moradores percebem o bairro e como diferentes gerações interpretam, recordam e narram o que consideram ser a Cohab torna-se fundamental para revelar dimensões que a análise midiática, sozinha, não alcança.

A análise das percepções dos moradores possibilita acessar não apenas a incorporação ou rejeição do estigma, mas também as estratégias simbólicas e práticas que os sujeitos desenvolvem para construir dignidade, criar vínculos e afirmar identidades no interior de um território frequentemente desqualificado de fora. As narrativas dos moradores revelam disputas entre a memória vivida e a imagem imposta, evidenciando como o território é continuamente produzido pela interação entre materialidade, subjetividade e experiência geracional.

Carolina Maria de Jesus, ao afirmar que “a favela é um quarto de despejo” e ao expressar seu desejo de “residir numa casa de alvenaria, com água encanada, quintal e jardim, e luz elétrica para ouvir rádio”, evidencia a centralidade do sonho da moradia digna na vida das camadas populares. Tal perspectiva permite compreender por que, muitas vezes, as representações midiáticas negativas não atingem os moradores com a mesma força que

alcançam os olhares externos. Para quem vive a experiência concreta da precariedade habitacional, a conquista da casa própria — ainda que situada na periferia, distante do centro e carregada de estigmas — assume um significado profundamente positivo.

No caso da Cohab, o acesso à moradia representou para muitos moradores não apenas a materialização de um sonho, mas também a ruptura com condições anteriores de instabilidade, insegurança e até mesmo uma ruptura com sua vida rural, como podemos ver em uma fala de uma entrevistada.

Aparecida¹¹ (74 anos) - Nossa foi uma alegria, foi um céu. A gente ganhou até os asfaltos que o Constantino que era o prefeito deu de presente para gente para os moradores da Cohab.

A expressão "foi um céu" e o ato de receber "até os asfaltos" como um **presente** concedido pelo poder público, e não como um direito social, revelam a dimensão da conquista. Essa percepção reforça a análise de que, em um primeiro momento, a Cohab representava a superação da precariedade e a conquista da cidadania urbana por meio da habitação formal.

Contudo, a lembrança da entrevistada, embora carregada de forte valor afetivo e simbólico, merece uma análise cuidadosa. Os dados da pesquisa hemerográfica como mostra a figura 24 indicam que a implantação do asfalto foi concedida meses mais tarde, em meio a intensas discussões políticas e pressão da comunidade.

¹¹ Aparecida é aposentada e faz pequenas consertos de roupa, moradora desde de a inauguração da Cohab, foi contemplada pelo programa de habitação.

Figura 24: Reportagem O Imparcial 23 de janeiro de 1981.



Fonte: Acervo de jornal FCT-UNESP PRESIDENTE PRUDENTE, 2025.

Assim, a lembrança não se organiza necessariamente pelos fatos em sua ordem histórica, mas pela experiência vivida e pelo significado atribuído ao território. Na Cohab, a casa própria — acompanhada da sensação de conquista e pertencimento — reconfigura a memória dos acontecimentos, valorizando elementos positivos e minimizando conflitos ou contradições presentes no processo de urbanização.

Cada geração tem, de sua cidade, a memória sobre e acontecimentos que permanecem como pontos de demarcação de sua história”, como afirma Ecléa Bosi (p.435, 2023). Essa perspectiva ajuda-nos a compreender que, ainda que o território compartilhando seja o mesmo, as gerações que habitam a Cohab elaboram memórias distintas, pois cada uma foi marcada por contextos políticos, condições urbanas e expectativas sociais específicas ao momento em que o morador chegou no bairro e à sua própria história de vida. Assim, o que difere não é apenas o tempo vivido, mas o modo como cada geração experienciou a formação e transformação do espaço.

Embora cada morador da Cohab tenha vivenciado experiências urbanas distintas em função de sua geração, é possível identificar uma convergência

significativa no modo como o bairro é afetivamente percebido. Quando perguntado sobre a impressão do bairro, Orlando¹² (43 anos) afirma:

Nossa, maravilhosa. Um bairro super tranquilo, super amistoso, muito familiar. Uma das grandes vantagens na Cohab, que é difícil hoje, são a união dos vizinhos que tinha... Tudo quanto é evento, todos os vizinhos se ajudavam. Qualquer evento que tinha até um pouco mais distante da Cohab, a própria Cohab ia até o local pra se ajudar. Então os vizinhos eram bem colaborativos. Essa pra mim é uma das grandes vantagens.

Outro entrevistado mostra a percepção de uma geração que reconhece, na sua primeira impressão, que a Cohab teria sido uma periferia, mas hoje é um bairro voltado a outros estratos socioeconômicos.

Cara Cohab, Cohab é um bairro muito bom, cara é um bairro bom para pessoas idosas tal hoje é um bairro mais tranquilo, hoje é um bairro tranquilo demais hoje não é mais um bairro de periferia ele é bairro de classe alta, de classe média alta classe média, classe média alta[...].
Lauro¹³ (30 anos)

A noção de periferia e, consequentemente, a experiência de “sujeito periférico” é um elemento importante para refletirmos nesta pesquisa. A periferia constitui um território permanentemente disputado, seja por agentes formais do Estado, seja por dinâmicas informais e ilícitas que também estruturam o cotidiano urbano. No entanto, reconhecer-se ou não como sujeito periférico não se mostrou, entre os moradores entrevistados, um aspecto central para compreender suas vivências.

Em grande medida, o que atravessa essas experiências é a busca contínua pelo direito de viver com dignidade. Assim, a consciência identitária de ser ou não ser periférico pode influenciar a maneira como cada indivíduo interpreta o espaço urbano, mas não determina — nem limita — os modos de construir estratégias, trajetórias e conquistas no território. O essencial, para estes moradores, é a materialidade da vida cotidiana: acesso à moradia, à infraestrutura, à segurança e à possibilidade de constituir um lugar de pertencimento.

¹² Orlando é gestor de TI, ex-morador do bairro. Morou por 33 anos no bairro desde a inauguração. Seus pais ainda residem na casa da Cohab.

¹³ Lauro é comerciante no bairro. Morador desde que nasceu da Cohab, hoje reside no bairro Everest que é um bairro ao lado da Cohab.

Por mais que exista uma forte relação de pertencimento e afeto com o bairro, os moradores reconhecem que a Cohab enfrentou, em diferentes momentos, carências significativas de infraestrutura.

Orlando (43 anos) - Agora, com relação à infraestrutura do bairro, assim, com questão a asfalto, galeria, isso no começo era muito difícil. Atrás da nossa rua mesmo não tinha galeria ainda de esgoto, não tinha o tratamento de esgoto. Até hoje, atrás da rua, que é a Rua das Paineiras, ele tem um problema crônico, que é uma mina. E tem muita casa que fica em cima da mina. Mas na época que não tinha casa, essa mina descia até o córrego. E esse córrego atravessava toda a Praça das Andorinhas, chegando até aqui, o Santa Paula e São Gabriel.

Esses elementos convivem simultaneamente nas narrativas: de um lado, a valorização da experiência cotidiana e dos vínculos coletivos; de outro, a consciência das limitações urbanísticas e das representações negativas que marcaram, por certo período, a imagem pública do bairro.

Ai, que lugar mais estranho, um monte de casinha que parecia um pombal, todo mundo falava. E aí, com o tempo, cada morador foi fazendo melhorias nas casas. Mas quando ela saiu em si, o loteamento em si que a gente vinha visitar, todo mundo, era os primeiros loteamentos que estavam saindo para o Prudente. Carmen¹⁴ (61 anos)

O termo “pombal”, usado por alguns moradores para se referirem à Cohab, deriva da ideia de casa de pombos, normalmente associada a estruturas repetitivas, pequenas e visualmente uniformes. A aplicação dessa metáfora ao conjunto habitacional está vinculada à aparência das moradias no momento de sua entrega: unidades todas brancas, padronizadas e dispostas de maneira homogênea, produzindo uma paisagem urbana marcada pela repetição.

Na figura 25 — mesmo observada em preto e branco — é possível identificar essa forte uniformidade tipológica. Como relatam algumas entrevistadas, a padronização das casas causava certo estranhamento aos primeiros moradores, especialmente porque se tratava do primeiro grande empreendimento habitacional de caráter social na cidade. Assim, a comparação com um “pombal” não apenas descreve a estética do conjunto, mas também revela uma percepção inicial sobre a novidade urbanística e a forma massificada da produção habitacional daquele período.

¹⁴ Carmen é funcionária pública aposentada e possui um pequeno comercio em sua casa. Moradora da Cohab a 25 anos.

Figura 25: Conjunto Habitacional Cohab 1980



Fonte: Pagina Facebook¹⁵ fotos históricas e boas lembranças de Presidente Prudente, 2025.

Autores que analisam a produção habitacional brasileira destacam que muitos conjuntos populares passaram a apresentar uma forte homogeneidade nas formas urbanas, tanto pela repetição tipológica das unidades quanto pela insuficiência de equipamentos urbanos e meios de consumo coletivo. Essas moradias, geralmente pequenas, padronizadas e demandando ampliações desde o início, configuram paisagens marcadas pela uniformidade e pela necessidade permanente de adaptações (Sposito, Melazzo e Daitx, 2025).

Entretanto, essa massificação arquitetônica — ainda que marcante do ponto de vista visual — não representava, para os moradores, um elemento de desvalorização. Ao contrário, a uniformidade das casas não anulava o sentido de conquista associado à chegada à moradia própria. Como podemos ver na fala da Aparecida: “*O pombal foi muito bom para muita gente nossa.*”

Ao compreender o modo como os moradores experimentaram a chegada à Cohab, torna-se evidente que a depreciação externa atribuída ao território — seja pela mídia, seja pelo imaginário social mais amplo — não os atingia de forma significativa. Isso se deve, sobretudo, ao fato de que a casa própria representava para esses cidadãos um marco de conquista e dignidade, capaz de sobrepor qualquer leitura negativa produzida “de fora”.

¹⁵ <https://www.facebook.com/photo?fbid=170096078000244&set=a.107440000932519>

Carolina Maria de Jesus, ao refletir sobre o desejo de ascensão e dignidade presente entre moradores de territórios precários, afirma:

Eles, residindo num lugar condigno vão reanimando-se e hão de tomar outra resolução: hão de comprar terreno e construir uma casa habitável, porque quem mora na favela é um eterno discontente. (Jesus, p.45, 2021).

Essa afirmação ilumina o modo como a conquista da casa própria reestrutura a vida cotidiana, alimentando projetos futuros e fortalecendo a autoestima dos moradores, mesmo quando o espaço é socialmente e geograficamente periférico.

O senso de coletividade construído pelos moradores da Cohab atuou como um importante contraponto ao estigma territorial produzido de forma subjetiva pelo jornal *O Imparcial*.

Então eram moradores bem unidos, assim. Super unidos. Pra você ter ideia, na nossa rua, que eu acho que é uma das maiores ruas da Cohab, eu acho, que é a Rua das Paineiras. Isso como rua convencional, né? Que ela pega desde lá do corredorzinho que vai pra igreja até o final da Praça das Andorinhas. Passa acho que quatro, três ou quatro quarteirões. A rua inteira, a gente se unia para fazer eventos para dia das crianças, dias dos pais, dia das mães, festa junina. As nossas festas eram conhecidas. Orlando (43 anos)

Figura 26: Cohab. Festa do dia das crianças rua dos Ipês Amarelos.1994



Fonte: Pagina do facebook¹⁶, memorias da Cohab Presidente Prudente - 2025

Figura 27: Cohab. Festa do dia das crianças rua dos Ipês amarelos.1994.



Fonte: Pagina do facebook¹⁷, memorias da Cohab Presidente Prudente - 2025

¹⁶ <https://www.facebook.com/photo/?fbid=883094435100263&set=g.1682767158635239>

¹⁷ <https://www.facebook.com/photo/?fbid=883093595100347&set=g.1682767158635239>

Entretanto, não se deve assumir que a Cohab era percebida unicamente por uma perspectiva negativa aos olhos externos. Pois as contradições são inerentes aos territórios e aos modos como são representados e percebidos por quem a experencia. Ainda que o acesso à moradia própria tenha representado uma conquista significativa e tenha produzido um forte senso de pertencimento e de coletividade entre os moradores, há também o reconhecimento de que o bairro convivia com problemas estruturais, como já foi mencionado.

A criminalidade, a insuficiência de equipamentos públicos e a carência de bens e serviços de consumo cotidiano compunham a experiência urbana de muitos residentes. Assim, a Cohab apresentava-se simultaneamente como espaço de realização e de desafios, combinando conquistas materiais e afetivas com as dificuldades próprias dos conjuntos habitacionais em consolidação.

E como era um bairro recém-formado, tinha os problemas de assaltos, de roubos, né? Então esse era o medo, esse era o mal falado no começo. Mas depois disso, coisa de poucos anos depois, aí se tornou um bairro muito familiar e muito protegido, ainda mais porque a polícia atuava muito aqui no bairro. Orlando (43 anos)

Ao longo dos anos, a Cohab passou por um processo contínuo de transformação que reconfigurou tanto sua paisagem urbana quanto sua dinâmica socioespacial. Aquilo que inicialmente se apresentava como um conjunto habitacional periférico, com infraestrutura limitada e dificuldades próprias de um bairro recém-implantado, foi sendo gradualmente reelaborado pelos próprios moradores, pelo poder público e pelas dinâmicas urbanas mais amplas.

Como qualquer história. No começo, são as casinhas, as pessoas se adaptando ao horário de ônibus, porque não passava ônibus com frequência, tinha os horários certos, não tinha farmácia, não tinha mercado. Hoje não. Hoje tem uma cidade daqui. Carmem (61 anos)

De acordo com Watannabe (2021), tomando como referência os bairros periféricos que apresentam significativa concentração de estabelecimentos, a Cohab é reconhecida por diversos autores como um subcentro da cidade de Presidente Prudente/SP. Como afirma Santos (2017).

A constituição do subcentro da COHAB é oriunda das necessidades criadas pelos moradores em ter os serviços mais próximos, o que é observado pelo pequeno empresariado, de capital local, ou até mesmo de empresas multinacionais. (Santos, 2017, p. 15).

A transformação da Cohab — de um conjunto habitacional periférico e carente para um subcentro com oferta expressiva de serviços — evidencia tanto a força das dinâmicas internas de organização comunitária quanto a capacidade do bairro de se integrar de maneira mais ativa às lógicas urbanas da cidade. Essa trajetória reforça a ideia de que territórios estigmatizados não são estáticos, mas espaços em permanente disputa, reforma e ressignificação. (Wacquant, 2014).

A análise das entrevistas evidencia que, embora o sentimento de pertencimento à COHAB esteja presente em todas as gerações de moradores, as formas de vivenciar, interpretar e responder ao estigma territorial não são homogêneas. Entre os primeiros moradores, cuja experiência está marcada pela vivência direta da precariedade inicial do conjunto habitacional, o estigma tende a ser relativizado a partir da comparação entre passado e presente, sendo frequentemente contraposto por narrativas de conquista da casa própria, resistência e melhoria das condições urbanas ao longo do tempo.

Já, entre os moradores mais jovens nascidos em décadas posteriores à implantação do bairro, o contato com o estigma ocorre menos pela memória da precariedade material e mais pelas interações externas ao território, como no ambiente escolar, no trabalho e na circulação pela cidade. Nesse caso, o estigma é percebido de forma mais relacional, associado à imagem pública do bairro, e tende a ser contestado ou ressignificado por meio de práticas cotidianas e estratégias simbólicas distintas daquelas mobilizadas pelos moradores mais antigos.

Assim, ainda que o pertencimento à COHAB constitua um elemento comum entre as gerações, as percepções e respostas ao estigma territorial variam conforme as experiências históricas, os usos do espaço e as trajetórias sociais de cada grupo geracional. Essas constatações evidenciam que o estigma territorial não é algo estático e imutável, mas transformado por cada geração.

As narrativas apresentadas ao longo deste subcapítulo evidenciam que a experiência cotidiana dos moradores da Cohab é marcada por uma profunda complexidade, que não pode ser reduzida nem às representações estigmatizantes veiculadas historicamente pela imprensa, nem a uma

idealização romântica de “bairro unido”. Pelo contrário, o que emerge das falas é uma percepção plural e dinâmica, construída na intersecção entre desafios estruturais, processos de melhoria urbana e vínculos afetivos produzidos no tempo longo da vida cotidiana.

Se, em um primeiro momento, a Cohab foi vivenciada como um espaço de incertezas — marcado pela criminalidade, pela insuficiência de equipamentos públicos e pela carência de serviços essenciais —, esses elementos não anularam a percepção de conquista que permeia a memória dos entrevistados.

O acesso à casa própria, as relações de vizinhança, os vínculos de solidariedade e o sentimento de pertencimento funcionaram como âncoras simbólicas capazes de reverter, ao menos no plano interno, a sensação de precariedade que atingia o bairro em sua fase inicial. Assim, a convivência entre reconhecimento das dificuldades e valorização do território revela que o estigma externo não é automaticamente incorporado pelos moradores: ele é negociado, reinterpretado e, muitas vezes, contraposto às experiências concretas de vida.

5. Considerações Finais

As análises desenvolvidas ao longo deste trabalho permitiram compreender a complexidade que envolve o processo de construção, reprodução e vivência do **estigma territorial** associado ao Núcleo Habitacional Bartholomeu Bueno de Miranda, em Presidente Prudente. Inserido em uma cidade média que, apesar de apresentar dinâmicas próprias, reproduz os mecanismos estruturais de segregação e diferenciação socioespacial característicos das cidades brasileiras, o bairro tornou-se, desde sua implantação, alvo de representações que extrapolam sua materialidade e incidem diretamente sobre seus moradores. O estigma territorial, como demonstrado, não se restringe a uma rotulação isolada, mas constitui um fenômeno histórico, político e simbólico que mobiliza discursos, práticas e experiências geracionais.

A partir dos referenciais teóricos discutidos, foi possível reafirmar que o estigma territorial é um produto da articulação entre estruturas sociais e mecanismos simbólicos. Em diálogo com Goffman, Bourdieu e Wacquant, evidenciou-se que o estigma opera como forma de marcação simbólica, naturalizada no cotidiano, capaz de definir fronteiras, delimitar identidades e moldar percepções sobre determinados territórios e pessoas.

No caso específico da Cohab, esse processo consolidou-se por meio de narrativas externas — especialmente midiáticas — que associaram reiteradamente o bairro à criminalidade, à violência e à precariedade. Tais representações, longe de serem neutras, contribuíram para reforçar hierarquias socioespaciais e marcar o território na subjetividade

A pesquisa hemerográfica desempenhou papel fundamental para compreender a gênese e a continuidade desse estigma. As reportagens analisadas, publicadas majoritariamente entre as décadas de 1980 e 2010, evidenciaram a recorrência de temas associados a falta de infraestrutura atos criminais, operações policiais, conflitos e, em menor medida, a eventos comunitários ou conquistas coletivas.

Nesse sentido, a pesquisa hemerográfica configura-se como um campo metodológico promissor para os estudos urbanos, ao possibilitar a análise das representações e discursos que participam ativamente da produção do espaço. Ao revelar continuidades, rupturas e permanências nas narrativas midiáticas, essa metodologia contribui para a compreensão das dimensões simbólicas da segregação e do estigma territorial, abrindo caminhos para investigações futuras que articulem tempo, espaço e experiência urbana.

Esse desequilíbrio temático revelou uma lógica de visibilidade seletiva, na qual determinados acontecimentos eram amplificados enquanto outras experiências permaneciam invisibilizadas. A mídia, enquanto agente dotado de poder simbólico, contribuiu assim para sedimentar representações que, repetidas ao longo do tempo, passaram a compor o imaginário urbano prudentino sobre a Cohab.

Contudo, como demonstraram as entrevistas realizadas com cidadãos pertencentes a diferentes gerações, o estigma territorial não é vivenciado de maneira homogênea nem imune a tensionamentos. Se, por um lado, o discurso estigmatizante incide sobre os moradores, afetando sua autoestima territorial e, em alguns casos, suas relações sociais fora do bairro, por outro lado emergem narrativas marcadas pelo orgulho, pela resistência e pelo pertencimento. A Cohab foi descrita, por muitos, como espaço de solidariedade, convivência, construção comunitária e oportunidades.

Essa percepção multifacetada revela que o território estigmatizado é também espaço de vida, de memória, de sociabilidades e de formação identitária. A análise geracional evidenciou que, embora o estigma territorial persista como marca simbólica, ele é constantemente reatualizado, contestado e ressignificado no cotidiano, demonstrando que a relação entre espaço e identidade é dinâmica, plural e profundamente situada no tempo.

A análise geracional mostrou-se fundamental para compreender essas ressignificações. As diferentes gerações de moradores vivenciam e interpretam o estigma territorial de maneiras distintas, em estreita relação com os períodos históricos registrados pela hemerografia. Os moradores mais antigos, cujas memórias dialogam diretamente com as narrativas jornalísticas do período de

implantação do conjunto, tendem a reconhecer a existência do estigma, mas o enfrentam por meio da valorização da conquista da moradia e da resistência cotidiana. As gerações intermediárias demonstram uma relação ambígua com essas representações, ora reproduzindo discursos externos, ora reconhecendo as melhorias urbanas e sociais ocorridas no bairro. Já, entre os moradores mais jovens, observa-se um distanciamento crítico em relação às narrativas midiáticas históricas, com maior tendência à ressignificação simbólica do território e à afirmação do pertencimento.

Dessa forma, a leitura cruzada entre hemerografia e narrativas geracionais evidencia que o estigma territorial não é apenas imposto de fora para dentro, mas é continuamente tensionado pelas experiências urbanas e pelas memórias coletivas construídas no próprio bairro. O Núcleo Habitacional Bartholomeu Bueno de Miranda emerge, assim, como um território marcado por disputas simbólicas, no qual representações estigmatizantes convivem com práticas de resistência, sociabilidade e produção de sentido.

Por fim, espera-se que este trabalho contribua para o avanço das reflexões sobre estigma territorial em cidades médias brasileiras, oferecendo conteúdo para os debates acadêmicos, políticas públicas urbanas e ações voltadas para a redução das desigualdades socioespaciais e dos efeitos da produção simbólica sobre territórios periféricos.

REFERENCIAS

ARAKAKI, Elizabeth Mie. **A paisagem e os trilhos no Oeste Paulista: o caso de Presidente Prudente**. 2010. 144 f., 152 il. Tese (Doutorado – Área de Concentração: Projeto) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ASARI, Alice Yatiyo; USSAMI, Yoshie. **Algumas considerações sobre um núcleo de habitação popular – Conjunto Habitacional Bartholomeu Bueno Miranda – Presidente Prudente – SP**. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, v. 1, n. 2, p. 7-24, 1981.

BELTRÃO Luiz. A informação no jornalismo. In: MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. **Gêneros jornalísticos: estudos fundamentais**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Edições Loyola, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CALIXTO, Maria José Martinelli Silva. **Da lógica centro-periferia à lógica socioespacial fragmentária em uma cidade média**. Mercator, Fortaleza, v. 20, e20028, 2021. DOI: 10.4215/rm2021.e20028. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/c6Fy9q5DXgzzg5Xgrz6b6RM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 nov. 2025.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Diferenciação socioespacial. Cidades, Presidente Prudente, v. 2, n. 4, p. 221-247, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://observatoriodageografia.uepg.br/files/original/272449cf484fcd80cc99a3eec86469cc4073e7b7.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2025.

CARVALHO, Cláuberson Correa. **Jornalismo Policial e Violência Urbana: Estigmatização das Classes Populares, Repressão e Controle Social**. 2024. Tese (Doutorado em Ciências Sociais/CCH) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024. Disponível em: <https://tede2.ufma.br/jspui/handle/tede/5525>. Acesso em: 6 maio 2025.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

D'ANDREA, Tiaraju Pablo. **A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. 1. ed. São Paulo: Dandara Editora, 2022.

ERBOLATO, Mário. **Técnicas de Codificação em Jornalismo**. São Paulo: Ática, 2006.

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmem. **O conceito de geração nas teorias sobre juventude**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 25, n. 2, p. 185-204, 2010. DOI: 10.1590/S0102-69922010000200003.

GOFFMAN, Erving. ***Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada***. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GÓES, Eda Maria et al. **Entrevistas com cidadãos: perspectivas para a análise das práticas espaciais sob a lógica fragmentária**. In: GÓES, Eda Maria; MELAZZO, Everaldo Santos (org.). *Metodologia de pesquisa em estudos urbanos: procedimentos, instrumentos e operacionalização*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022. p. 71-122.

HENRIQUE, Wendel. **Diferenças e repetições na produção do espaço urbano de cidades pequenas e médias**. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010. p. 45-57.

MANNHEIM, Karl. **The problem of generations**. In: KECSKEMETI, Paul (ed.). *Essays on the sociology of knowledge*. New York: Routledge & Kegan Paul, 1952. p. 251-273.

PEIXOTO, Fernanda. **Os anos 80, o novo jornalista e a imprensa no Brasil**. *Estudos de Sociologia*, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 31-42, 1998.

PEREIRA, S. R. **Subcentro e condições de vida no Jardim Bongiovani e Conjunto Habitacional Ana Jacinta – Presidente Prudente – SP**. 2001. 194 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UNESP, Presidente Prudente, SP, 2001.

RACIONAIS MC's. **Da ponte pra cá**. In: RACIONAIS MC's. *Nada como um dia após o outro dia*. São Paulo: Cosa Nostra, 2002. (Álbum).

REIS, Thays Assunção. **Jornalismo Regional: uma leitura a partir dos critérios de noticiabilidade do jornal o progresso**. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 62-72, 2018.

RICHMOND, M.; JESUS, P. M. de; LEGROUX, J. **Editorial: a “poliperiferia” e o “giro periférico” nos Estudos Urbanos**. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. V. 27, E202535pt, 2025. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202535pt>.

RIZZON, Renata Cristina. **A condição periférica e a construção do estigma territorial em Cidade Tiradentes, São Paulo-SP**. 2022. 94 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2022.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4. ed. 7ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SCATALON, A. P. **Habitação popular, planejamento e expansão urbana: a produção do espaço urbano de Presidente Prudente/SP de 1967 a 1996**. 2019. 257 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019.

SCHERER, C. E. M.; AMARAL, P. V. M. do. **O espaço e o lugar das cidades médias na rede urbana brasileira**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, [s. l.], v. 22, 2019. DOI: 10.22296/2317-1529.RBEUR.202001. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5987>. Acesso em: 12 nov. 2025.

SEIBEL, Erni. **PESQUISA Hemerográfica**. [S. l.]: Nipp, [s.d.]. Disponível em: <https://nipp.ufsc.br/pesquisas/tecnicas-de-pesquisa-nipp/pesquisa-hemerografica/>. Acesso em: 23 mar. 2024.

SILGUEIRO DOS SANTOS, F. C. A. **Espaço, tempo e contradições: do Banco Nacional de Habitação ao Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Presidente Prudente/SP**. Presidente Prudente: [s.n.], 2016. Monografia (Graduação em Geografia).

SILVA, Laércio Yudi Watanabe; WHITACHER, Arthur Magon. **CENTRO, CENTRALIDADE E O PAR CENTRO-PERIFERIA: A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO E ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE EM PRESIDENTE PRUDENTE/SP, BRASIL, A PARTIR DA METODOLOGIA CNEFE-CNAE**. Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia, Rio Claro, SP, v. 19, n. 3, p. 77-100, set./dez. 2021.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O Chão em Presidente Prudente: a lógica da expansão territorial urbana**. 1983. 230 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 1983.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Cidade média**. In: SPOSITO, Eliseu Savério (org.). Glossário de geografia humana e econômica. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2018. p. 39-47.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Segregação socioespacial e centralidade urbana**. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (org.). A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 61-94.

TURRA NETO, Nécio. **METODOLOGIAS DE PESQUISA PARA O ESTUDO GEOGRÁFICO DA SOCIABILIDADE JUVENIL**. Ra'e Ga: o Espaço Geográfico em Análise, [S. l.], v. 23, 2011. DOI: 10.5380/raega.v23i0.24843. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/24843>. Acesso em: 10 nov. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP). Coordenadoria Geral de Bibliotecas. Rede de Bibliotecas. **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos**: apresentação: ABNT. São Paulo, 2023.

WACQUANT, Loïc. **A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada**. Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, v. 16, p. 27-39, 2006. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2365/2165>. Acesso em: 10 out. 2025.

WACQUANT, Loïc; SLATER, Tom; PEREIRA, Virgilio Borges. **Estigmatización territorial en acción.** Revista INVI, Santiago, v. 29, n. 82, p. 219-240, 2014.

ANEXO A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

	
PESQUISA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA:	
Estigma Territorial: Uma Análise do Espaço-Tempo no Conjunto Habitacional Núcleo Bartholomeu Bueno de Miranda, Presidente Prudente - SP	
Processo FAPESP nº 2024/14814-4	
Bolsista: Caique Mateus Souza Leite	
Responsável: Maria Encarnação Beltrão Sposito	
Roteiro de entrevista	
Local:	Hora:
Data:	
Iniciar o diálogo informando que se trata de uma entrevista com finalidade científica, sem qualquer uso comercial, publicitário ou de outra natureza. Informe, ainda, que o nome será alterado para denominação fictícia, ou seja, que o entrevistado não será identificado. Por fim, diga que, se não se sentir à vontade em responder alguma das questões, que basta informar, pois não haverá insistência.	
A – Questões Introdutórias	
1. Qual sua idade e gênero?	
2. Qual seu nível de escolaridade?	
3. Qual sua faixa de renda familiar aproximada? [em caso de entrevista com segmentos de baixo poder aquisitivo, perguntar: recebe algum auxílio do governo?]	
4. Qual sua ocupação? Essa sempre foi sua ocupação, desde de que mora na Cohab?	

B – Questões Habitação e Bairro

6. Há quanto tempo mora Cohab?

7. [Caso a resposta anterior tenha sido em um período posterior a inauguração] onde morava antes?

8. A casa em que mora hoje é própria? Alugada? Cedida? [Se própria, ainda tem parcelas financiadas? Se Alugada, qual o valor do aluguel? Se cedida, quem o cede?]

9. Quantas pessoas moram nesta casa?

10. Por que você escolheu a Cohab para morar?

C - Questões Memórias

11. Quando chegou na Cohab, qual foi sua impressão?

12. Como eram os moradores do bairro?

13. Chegou a participar da associação de moradores da Cohab?

14. Você pode me contar como era a infraestrutura do bairro? Como era o acesso a mercado, posto de saúde, transporte coletivo... o comércio e os serviços do bairro atendiam bem você na época?

15. Tinha alguma coisa de vida cultural e esportiva na Cohab? Tipo festas, boate, grupos de música, de esporte, de igreja... Você lembra de alguma atividade deste tipo que aconteceu por aqui no passado?

16. Os comentários que você escuta sobre a COHAB são positivos ou negativos?

17. Quando negativos, na sua opinião, correspondem à realidade ou são preconceituosos sobre a Cohab?

18. São feitos por quem? [se o entrevistado não detalhar, perguntar faixa de idade de quem comenta, condição econômica, onde mora]

19. Você já leu, escutou ou assistiu (jornal, rádio, TV) alguma matéria jornalística que considera inadequada sobre a Cohab?

19. Como você se sente, quando escuta comentários ou se depara com matérias jornalísticas negativas sobre o bairro?

16. Como você reagia a tais comentários?

17. Você acha que mudou a forma como as pessoas olham para Cohab, comparando o passado e o presente?

18. Nesse tempo que você mora (ou morou) na Cohab, o que esse lugar significa ou significou para você?

19. Você poderia me indicar outras pessoas para que eu pudesse entrevistar?

Em nome da Unesp e do Curso de Geografia, agradeço o tempo que você dedicou à minha

pesquisa e, se algum dia, precisar da nossa instituição, por gentileza, entre em contato comigo que farei o que for possível para atender sua demanda

Anexo B – Relação de links das reportagens jornalísticas utilizadas na pesquisa

Figura1: Reportagem o Imparcial 13 de maio de 1979 - <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/30411>

Figura 2: Reportagens Locais, “O Imparcial”, 30 de setembro de 1980 - <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/30797>

Figura 3: Jornal O Imparcial 08 de agosto de 1990 – IMPRESSO

Figura 4: Jornal O Imparcial 02 de agosto de 2000. – IMPRESSO

Figura 5: Jornal O Imparcial 02 de agosto de 2000. -IMPRESSO

Figura 12: Jornal O Imparcial 09 de julho de 1980 - <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/30726>

Figura 13: Jornal O Imparcial 09 de julho de 1980 - <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/30726>

Figura 14: Reportagem Jornal O IMPARCIAL 13 de agosto de 1980 - <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/30756>

Figura 16: Reportagem O *Imparcial* 20 de maio de 1979 - <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/30417>

Figura 17: Reportagem O *Imparcial* 13 de maio de 1979 - <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/30411>

Figura 18: Reportagem O *Imparcial* 15 de julho de 1980 - <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/30731>

Figura 19: Reportagem O *Imparcial* 24 de julho de 1980 - <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/30739>

Figura 21: Reportagem O *Imparcial* 08 de março de 1981. <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/30905>

Figura 22: Reportagem O *Imparcial* 21 de março de 1981 - <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/30916>

Figura 24: Reportagem O Imparcial 23 de janeiro de 1981 - <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/30869>